

5. A estruturação do PT

legislação eleitoral e organização partidária

Margaret E. Keck

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KECK, ME. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 127-175. A estruturação do PT: legislação eleitoral e organização partidária. ISBN: 978-85-7982-029-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5. A ESTRUTURAÇÃO DO PT: LEGISLAÇÃO ELEITORAL E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

As exigências da nova legislação partidária aprovada em 1979 exerceram uma influência crucial sobre a maneira pela qual se estruturou o PT e os esforços que desenvolveu para se tornar um partido com base de massa e internamente democrático. A legislação brasileira estipula minuciosamente como devem ser as estruturas e os processos internos dos partidos políticos e dá aos Tribunais Eleitorais poder de supervisão sobre seu funcionamento interno.¹ Entretanto, para os partidos interessados em estabelecer formas mais autênticas de participação de suas bases, a legislação atuou como um freio, cerceando o processo de democratização interna. Existem muitos estudos sobre o fracionamento partidário, a democracia interna, os padrões de seleção de lideranças, a determinação das políticas, o financiamento e o recrutamento dos membros dos partidos, mas o grau de regulamentação das estruturas partidárias por parte do Estado e a influência por ela exercida foram objeto de uma atenção bem menor.² A regulamentação estatal dos partidos políticos no Brasil foi crucial para a evolução do Partido dos Trabalhadores, não só por causa do tipo de estruturas que a lei tornou obrigatórias, mas também pela influência que ela exerceu sobre a configuração das relações de poder no interior do partido.

Este capítulo começa por examinar as exigências legais relativas à organização partidária e sua importância no período inicial de formação do PT, particularmente na medida em que facilitaram ou impediram o desenvolvimento de sua proposta — ser um partido de massa baseado na democracia interna. Esse contexto legal ajuda a entender as tentativas, às vezes tortuosas, de o partido sobrepor formas democráticas de organização

¹ Os motivos para essas exigências tão extensas, assim como seus efeitos, são complexos e contraditórios. Segundo Phyllis Peterson, o desenvolvimento da legislação partidária no Brasil desde a década de 1930 até o início dos anos 60 refletia um empenho crescente em fazer dos partidos veículos genuínos para a representação democrática; assim, a regulamentação se destinava a garantir que os partidos não se estabelecessem puramente como veículos pessoais de seus fundadores, e que possuíssem alguma presença institucional permanente. Ver Phyllis J. Peterson, “Brazilian political parties: formation, organization and leadership, 1945-1959”, cit.

² Uma exceção no caso brasileiro é o estudo de Maria d’Alva Gil Kinzo sobre o MDB, *Oposição e autoritarismo* (São Paulo, IDESP/Vértice, 1988).

a estruturas que a lei tomava obrigatórias. Contudo, apesar das dificuldades, o esforço do PT no sentido de criar condições que tomassem possível uma participação ativa de seus membros foi o que o diferenciou dos outros partidos brasileiros e ajudou a fazer de seus afiliados um importante recurso político com o qual o partido podia contar. Ao fazê-lo, entretanto, estimulou também uma luta interna contínua sobre a identidade do partido. Embora essa disputa tenha contribuído para criar uma imagem muito difundida do PT como um partido altamente dividido em facções, o processo de aprendizagem de como lidar com as diferenças internas constituiu uma parte importante da sua evolução institucional.

A Reforma Partidária de 1979

Em 19 de outubro de 1979, o governo finalmente enviou ao Congresso o tão esperado projeto de reforma da legislação sobre os partidos políticos. A reforma, promulgada como Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, introduzia importantes modificações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 5.682 de 27 de julho de 1971), especialmente no que diz respeito às normas sobre a formação de partidos.³ Ela dissolvia os dois partidos existentes, a ARENA e o MDB, criados pelo Ato Institucional nº 4 (20 de novembro de 1965) para substituir os partidos anteriores, extintos um mês antes, pelo Ato Institucional nº 2 (27 de outubro de 1965). O regime militar esperava que a permissão de formar novos partidos iria dividir a oposição, contendo, assim, não só o crescente avanço do MDB no Congresso, como prováveis novas vitórias nas eleições seguintes para os governos estaduais, que teriam lugar pelo voto direto pela primeira vez desde 1965. Embora se reconhecesse amplamente que isto constituía um estratagema para dividir o MDB, a oposição vinha há longo tempo reclamando o direito de formar novos partidos políticos e não podia facilmente opor-se a essa ideia, quando finalmente ela se concretizou. A Reforma Partidária concedeu ao Estado um papel central na conformação da organização partidária através de dois mecanismos: uma legislação minuciosa sobre as estruturas internas dos partidos e o poder de declará-los legais ou ilegais. Aparentemente, só o PT protestou contra a extensão e o

³ O texto comentado da Lei Orgânica dos Partidos Políticos se encontra em *Legislação eleitoral e partidária* (Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1982).

conteúdo de tal regulamentação estatal; na realidade, ela era típica do papel histórico do Estado no Brasil, não sendo vista como uma aberração.⁴

Para obter o reconhecimento legal provisório, um novo partido tinha de publicar manifesto, programa e estatutos, e as cópias deveriam ser apresentadas ao Superior Tribunal Eleitoral pela Comissão Diretora Nacional Provisória, composta de sete a onze membros eleitos pelos fundadores do partido (que tinham de ser pelo menos em número de 101). A Comissão Diretora Nacional Provisória deveria designar oficialmente comissões estaduais que, por sua vez, indicavam comissões municipais e comissões para as zonas eleitorais nas capitais dos estados (Art. 6); cópias das minutas das reuniões realizadas para designar essas comissões, reconhecidas oficialmente em cartório, deveriam ser também encaminhadas ao Tribunal Eleitoral. Uma vez completadas as formalidades iniciais, um partido tinha doze meses para organizar-se, o que significava realizar convenções no mínimo em um quinto dos municípios de pelo menos nove estados, e uma convenção para eleger um diretório nacional. Um partido assim registrado só poderia começar a funcionar imediatamente se entre seus fundadores se incluíssem pelo menos 10% dos representantes do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) (Art. 14, I) ou se fossem eleitos nas eleições mais recentes para a Câmara dos Deputados com pelo menos 5% do total de votos de pelo menos nove estados, com um mínimo de 3 alo em cada um deles (Art. 14, II).

A legislação também descrevia as estruturas partidárias permanentes e suas funções. Aqui, a reforma de 1979 não revisou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971. Os órgãos deliberativos eram constituídos pelas Convenções Municipais, Regionais e Nacionais, e os órgãos de direção pelos Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacionais. A bancada era responsável pela ação parlamentar e previa-se a formação de Conselhos

⁴ A existência de uma relação cartorial entre as organizações e o Estado brasileiro não é, absolutamente, um fenômeno novo, mas de modo geral ainda não foi examinado em relação a dinâmica interna do desenvolvimento da política partidária. Para uma descrição do conteúdo da legislação partidária anterior, ver Phyllis J. Peterson, "Brazilian political parties...", cit., capítulo 2. Peterson interpreta as mudanças legais como uma tentativa de "aperfeiçoar o funcionamento da democracia por meio de mudanças no sistema legal" (p.62), e não como parte de uma tradição mais ampla de regulamentação estatal. Para uma discussão sobre o Estado e as organizações de interesses no Brasil, ver Philippe Schmitter, *Interest conflict and political change in Brazil* (Stanford University Press, 1971).

de Ética Partidária, Conselhos Fiscais e Consultivos e Departamentos Trabalhistas, Estudantis e Femininos. A maioria de uma bancada podia, através da liderança partidária, requerer a convocação de qualquer órgão de direção do partido, no nível apropriado, para tratar de matérias específicas. Os casos em que os órgãos partidários superiores poderiam interferir nos inferiores eram também especificados (Art. 27), juntamente com os termos de eleição da liderança partidária, o funcionamento dos congressos dos partidos, e o direito de neles participar, as regras para a formação de organizações partidárias municipais e os procedimentos de deliberação dos diferentes órgãos.

A filiação dos membros do partido era de responsabilidade do Diretório Municipal, devendo para isso utilizar-se de uma ficha oficial aprovada pelo Superior Tribunal Eleitoral. Ela deveria ser preenchida em três vias e, depois de aceita pelo partido, tinha de ser mandada para a Justiça Eleitoral para ser autenticada e ter uma das cópias arquivada. Das duas vias restantes, uma ficava com o partido e outra voltava para o membro a ele filiado.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos também cobria a disciplina partidária interna, especificando as condições para a suspensão e expulsão de membros do partido e a perda de mandatos parlamentares por infração das posições partidárias. Além disso, regulamentava as finanças e os métodos contábeis dos partidos; os relatórios financeiros teriam de ser regularmente submetidos à Justiça Eleitoral. Os partidos eram proibidos de receber auxílio financeiro de pessoas e organizações estrangeiras, órgãos do Estado (inclusive empresas estatais), empresas privadas ou sindicatos (Art. 91).

O título VIII, relativo ao Fundo Partidário (Fundo Especial para a Assistência Financeira dos Partidos Políticos), discutia a constituição, administração e distribuição de fundos estatais para os partidos. As doações privadas, cujo volume era limitado, deveriam ser publicadas ao final de cada ano no *Diário Oficial da União*, juntamente com o relatório sobre a utilização desses fundos (Art. 95, IV, 2). Dez por cento do fundo partidário administrado pelo Estado devia ser dividido igualmente entre os partidos; e os restantes 90% teriam de ser repartidos proporcionalmente entre eles, segundo suas respectivas bancadas na Câmara dos Deputados (Art. 97). Esses fundos deveriam ser redistribuídos no interior dos partidos pelos

Diretórios Nacionais, sendo pelo menos 80% deles destinados às seções regionais, proporcionalmente ao número de representantes que cada região tinha em suas Assembleias Legislativas estaduais. A proporção desses fundos a ser redistribuída para os órgãos partidários em nível regional e local era também estipulada por lei, cabendo a maior parte às áreas eleitoralmente mais fortes (Art. 99).

O valor monetário proveniente do fundo partidário poderia ser usado para a manutenção das instalações físicas do partido, pagamento de pessoal (até 20% do total recebido), propaganda política, recrutamento, realização de eleições, fundação e manutenção de institutos de educação política e treinamento de quadros partidários (Art. 105). Os relatórios financeiros em que se discriminaria o uso desses fundos deveriam ser apresentados anualmente ao Tribunal de Contas da União.⁵

Tais exigências rigorosas para a formação dos partidos favoreciam claramente os que já contavam com organizações partidárias locais herdadas, principalmente quanto ao número de membros e à estrutura. O PDS copiava essencialmente as estruturas da ARENA. O PMDB e o PP,⁶ antes de sua fusão com o PMDB, podiam utilizar-se das organizações locais do antigo MDB para facilitar sua legalização; entretanto, ambos tiveram de realizar um significativo trabalho extra de organização, já que o MDB não tinha um número suficiente de estruturas locais em funcionamento para enquadrar-se automaticamente na nova legislação. Para o Partido dos Trabalhadores, cuja concepção era tão nova quanto sua organização, preencher os requisitos da lei significava essencialmente partir da estaca zero.

Ao criar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, como sucessor do MDB, seus líderes esperavam manter o ímpeto e a legitimidade que o partido conseguira acumular desde as eleições de 1974. Embora as elites mais conservadoras da oposição também formassem sua própria agremiação, o Partido Popular, PP, sua intenção era participar de coligações com o PMDB nas eleições para o Senado e para o governo dos estados. O pacote eleitoral de novembro de 1981, que estendia a todos os

⁵ Ver *Legislação eleitoral partidária*. Um resumo mais detalhado da legislação se encontra em Margaret E. Keck, "From movement to politics...", cit., p. 228-34.

⁶ O Partido Popular, partido democrático conservador cujos fundadores incluíam o empresário paulista Olavo Setúbal e o político mineiro Tancredo Neves. O PP fundiu-se com o PMDB no final de 1981.

cargos eletivos a proibição de formar coligações como estipulado pela reforma de 1979 para as eleições municipais e do Congresso, tornou isso inviável. Consequentemente, o PP fundiu-se ao PMDB sob o nome deste último. Aparentemente, a determinação dos militares de controlar com mão firme o processo acabou por se voltar contra eles, com a fusão dos dois maiores partidos de oposição. Nem a regra anticoligação que imaginou beneficiar o PDS ao supor a divisão da oposição, nem os militares parecem ter previsto a possibilidade de uma fusão. Desta forma, o PMDB assim ampliado entendeu que sua vocação consistia em manter unida uma oposição da qual era o legítimo representante.

Os dois partidos que deliberadamente ficaram fora do quadro de um "consenso de oposição" foram o Partido Democrático Trabalhista, PDT, de Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores. A tentativa de Brizola de reavivar o carisma do antigo PTB se frustrou quando, após a reforma partidária, ele perdeu a batalha pelo nome do PTB para Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Então contra-atacou com a formação do PDT, pretendendo fundir a política trabalhista tradicional brasileira com uma orientação socialdemocrata mais moderna. Na verdade, em seus primeiros anos de existência, o PDT organizou-se, sobretudo em torno da personalidade de Brizola. (O PTB de Ivete Vargas não poderia ser realmente chamado de partido "de oposição": ele servia principalmente como veículo de candidaturas individuais — por exemplo, a de Sandra Cavalcanti no Rio de Janeiro, Jânio Quadros em São Paulo, em 1982, e novamente nas eleições de 1985 para a Prefeitura, e Antonio Ermírio de Morais nas eleições de 1986 para o governo do estado — e frequentemente votava com o PDS no Congresso).

A estruturação do PT

Vários aspectos da legislação partidária tiveram particular relevância no que se refere ao desejo de o PT criar um partido de massa. Em primeiro lugar, a lei especificava o número de membros que um partido teria que recrutar em cada localidade para ser reconhecido e ter o direito de apresentar candidatos nas eleições. O intuito dos organizadores do partido de garantir que seus membros fizessem uma escolha politicamente consciente ao se filiarem à agremiação nem sempre foi viável durante o período de legalização. Em segundo lugar, as regras de financiamento que

proibiam doações por parte de organizações e exigiam que todos os doadores constassem de uma lista no relatório oficial enviado ao estado, juntamente com a proibição constante da legislação trabalhista de que os sindicatos mantivessem relações formais com os partidos políticos, fizeram com que o PT não pudesse contar com o tipo de base financeira típico de muitos partidos políticos de base operária, como, por exemplo, o Partido Trabalhista britânico, que foi essencialmente financiado pelos sindicatos, e o Partido Socialdemocrática sueco. Há exceções: confrontando-se com uma regulamentação semelhante, os socialdemocratas alemães conseguiram instituir uma estrutura viável de pagamento de quotas.

A Declaração Política tirada por ocasião da reunião de fundação do PT em São Bernardo deixava claro que o objetivo era criar um partido legalmente reconhecido, como atesta o trecho abaixo:

A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base, dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores, do movimento estudantil às associações profissionais, do Movimento dos Negros ao Movimento das Mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

O partido deveria ser um **canal** através do qual esses grupos poderiam organizar-se e participar politicamente, transformando a visão dominante da política como esfera de atividade de elite em uma nova concepção de construção de uma democracia de base. O partido deveria ser uma **organização nacional**, criando as condições para tornar possível uma democratização real das instituições políticas e da sociedade a médio e longo prazos. Para colocar o poder econômico e político nas mãos dos trabalhadores, o PT tinha de construir uma organização **internamente democrática**, cujas decisões e programas deveriam vir das bases.⁷

O partido não criou estruturas de organização imediatamente após a reunião de São Bernardo e por algum tempo não estava claro qual era o apoio real com que contava sua proposta, nem quem tinha direito de falar em seu nome. Em alguns estados, já havia grupos em formação para

⁷ Partido dos Trabalhadores, “Declaração Política”, São Bernardo do Campo, 13 de outubro de 1979.

convocar encontros do partido; em outros, como Minas Gerais, os líderes sindicais apresentavam comunicados qualificando de precipitada a sua formação. Em meados de novembro de 1979, os organizadores do PT em São Paulo finalmente decidiram criar secretariados de organização e formação de núcleos,⁸ finanças e imprensa, estabelecendo comissões para organizar as reuniões. Por essa época, constava que existiam organizações pró-PT em quatorze estados.

Um problema que causava certa preocupação nos primeiros meses de existência do partido era saber se o PT seria ou não julgado um “partido de classe” e, assim, proibido em virtude do Art. 5 da Lei de Reforma Partidária. Isso exigiu que seus líderes considerassem quais eram as opções alternativas.⁹ Para Lula, o fato de o PT ser ou não declarado legal importava menos que o processo educativo de discussão do partido pelos operários e a organização dos seus núcleos de base. Jacó Bittar chegou a dizer que, se o PT não tivesse sido registrado até 1982, apoiaria os candidatos do partido que sucedesse a “tendência popular” do MDB.¹⁰ Não obstante, todas as declarações iniciais diziam que o PT pretendia ser um partido legal e seus líderes logo começaram a manifestar mais confiança em seu futuro. Embora fosse improvável que o PT conseguisse garantir seu registro através da adesão de 10% dos membros do Congresso, Lula insistia em que o partido se apresentaria às eleições de 1982 em pé de igualdade com os outros.¹¹

Criar um novo partido de baixo para cima, sem poder contar, para começar, com uma grande base parlamentar, constituía uma tarefa particularmente difícil e, assim, os organizadores do PT decidiram publicar o manifesto tão tarde quanto possível, visando ganhar tempo para se organizar nos municípios.¹² A primeira etapa do processo de legalização

⁸ O uso que o PT faz do termo *núcleo* corresponde à definição de núcleos feita por Sartori: “unidades mínimas e locais de base... o nível de análise de núcleos inclui os militantes e os participantes do partido”. Giovanni Sartori, *Parties and party systems: a framework for analysis* (Cambridge, Cambridge University Press, 1976), p. 73-4.

⁹ Uma reunião para discutir esta questão foi realizada em São Bernardo em 21 de novembro, com a participação de Jacó Bittar, Lula, Henos Amorina, Olívio Dutra, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés.

¹⁰ “PT não pretende adiantar-se ao anseio da base”, *Folha de S. Paulo*, 25 de novembro de 1979.

¹¹ “Trabalhadores”, *O Estado de S. Paulo*, 30 de novembro de 1979.

¹² No dia 4 de dezembro, Lula, Wagner Benevides, Olívio Dutra, Jacó Bittar e intelectuais envolvidos no PT reuniram-se na casa de Vinicius Brant para discutir como isso poderia ser

ocorreu em 10 de janeiro de 1980 quando, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, foi lida uma primeira versão do manifesto do partido. Um mês depois, numa reunião com cerca de mil pessoas no Colégio Sion, em São Paulo, o manifesto foi aprovado e pelo menos quinhentos dos presentes assinaram-no como membros fundadores do partido. Nesse encontro também se decidiu que os membros da comissão de organização continuariam funcionando como Comissão Nacional Provisória até que se pudesse realizar um encontro nacional do partido.¹³ Estavam presentes representantes de núcleos locais do partido de dezessete estados. Também foram dadas as linhas gerais de orientação para uma discussão nacional do programa do partido. Ela deveria concentrar-se em seis pontos: método de elaboração, concepção geral, programa para a democracia, programa para a sociedade, programa para a conjuntura e plano de ação.¹⁴

O objetivo era completar o processo de organização das comissões provisórias em nível estadual e municipal por volta de meados de abril de 1980, ocasião em que se deveria convocar um encontro nacional para discutir o programa e eleger a nova liderança nacional. Na realidade, o processo levou um pouco mais de tempo, em parte por causa da prisão de alguns líderes do PT (inclusive a de Lula) durante a greve de 41 dias dos metalúrgicos, em abril e maio. Apesar disso, em maio foram realizados encontros regionais em dezenove estados para eleger as comissões regionais, e em início de junho aconteceu o encontro nacional.

feito. Ver “PT quer sair logo depois da sanção da lei”, *Folha de S. Paulo*, 5 de dezembro de 1979.

¹³ Eram estes: Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP); Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP); José Cicote, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (SP); Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Artefatos de Couro de São Paulo; Manoel da Conceição, ex-líder camponês que havia sido preso e exilado pelo regime militar; Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP); José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco na época da greve de 1968, depois da qual foi preso e exilado; Arnóbio Vieira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhaém (SP); Wagner Benevides, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte (MG); Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (RS); e Edson Khair, deputado federal do Rio de Janeiro.

¹⁴ Partido dos Trabalhadores, “Pontos para a elaboração do programa”, São Paulo, janeiro de 1980. Para discussões sobre o encontro no Colégio Sion, ver: “PT adia eleição da comissão nacional”, *Folha de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 1980; “PT, um partido que não quer agora o poder”, *Jornal da Tarde*, 11 de fevereiro de 1980; *abcd Jornal*, 12-25 de fevereiro de 1980.

Nessa ocasião aprovou-se o programa, mas não os estatutos do partido, em parte devido a desacordos quanto à atribuição de poderes deliberativos ou consultivos aos núcleos partidários.¹⁵ A conferência elegeu uma comissão de juristas com mandato para esboçar uma versão final dos estatutos nos próximos dias.¹⁶ O encontro nacional também aprovou a chapa única apresentada para a Comissão Nacional Provisória, cuja composição resultou de um compromisso entre os sindicalistas que apoiavam Lula e os militantes de esquerda agrupados em torno de José Ibrahim.¹⁷

No final de setembro de 1980, já se haviam formado comissões no número mínimo necessário de municípios em doze estados (Espírito Santo, Acre, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Amazonas, Ceará, Minas Gerais) e esperava-se que a Paraíba e São Paulo a eles viessem juntar-se em pouco tempo.¹⁸ Em 22 de outubro, o PT requereu seu registro provisório ao Superior Tribunal Eleitoral, apresentando documentação sobre a organização de comissões regionais em dezoito estados e, em treze deles, comissões municipais em 647 municípios.¹⁹ O partido também apresentou os nomes de seis deputados federais como seus delegados junto à Justiça Eleitoral.²⁰ Por decisão unânime, o Tribunal reconheceu em 1º de dezembro

¹⁵ Essa questão será discutida em detalhes mais adiante neste capítulo.

¹⁶ Para descrições jornalísticas do Encontro Nacional, ver Movimento, 9-15 de junho de 1980; “PT fará convenção nacional”, *O Estado de S. Paulo*, 31 de maio de 1980; “Dirigentes do PT otimistas com seu Encontro Nacional”, *Folha de S. Paulo*, 31 de maio de 1980; “Encontro Nacional do PT tende para uma chapa única”, *Folha de S. Paulo*, 1º de junho de 1980; “Moderados devem dirigir PT”, *O Estado de S. Paulo*, 1º de junho de 1980; “PT não inclui Constituinte em seu programa”, *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1980; “Líder de 68 comanda os radicais”, *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1980; “Convenção aprova chapa única”, *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1980.

¹⁷ Os eleitos para a nova Comissão Nacional Provisória foram Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra, José Ibrahim, Wanderley Farias de Souza (Paraíba), os deputados federais Antonio Carlos de Oliveira (MS) e Freitas Deniz (MA), Luís Soares Dulci (ex-presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais), Joaquim Arnaldo (da Ação Operária Católica, RJ) e Apolônio de Carvalho (militante esquerdista de longa data, um dos fundadores do PCBR).

¹⁸ *PT Boletim*, 1 (1):1, set. 1980.

¹⁹ Acre, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Goiás e São Paulo.

²⁰ Foram estes: Aírton Soares (SP), Antônio Carlos de Oliveira (MS), Domingos de Freitas Deniz Neto (MA), Benedito Marcílio (SP), Luís Antônio Cechinel (SC) e João Cunha (SP).

a conclusão da primeira etapa do processo de requisição de registro provisório do partido.

O PT foi o último dos partidos formados naquele período a solicitar o registro provisório. Uma pesquisa feita pelo jornal Movimento mostrou que, em outubro de 1980, o PDS havia registrado o maior número de comissões provisórias, chegando a 3.066, seguido pelo PMDB, com 2.127. O PP era o próximo, com 869, vindo em seguida o PT com 625, o PDT com 558 e o PTB com 334.²¹ Os números demonstram que os partidos sucessores de organizações partidárias anteriormente existentes levavam vantagem, como ocorreu no caso do PDS (que sucedia a ARENA) e do PMDB (como sucessor do MDB).

O passo seguinte consistiu na criação de diretórios municipais em um quinto dos municípios de nove estados. Isto significava que, em cada localidade, os organizadores do partido tinham que filiar pelo menos o número mínimo de membros exigido pela legislação, tendo ainda que realizar convenções para eleger os diretórios e fazer com que os documentos básicos do partido fossem aprovados pelos seus membros. Embora a legislação partidária não estipulasse o número de membros do partido necessários para a realização de um congresso, os estatutos do PT exigiam a presença de pelo menos 10%. Esta era uma medida destinada a desencorajar a formação de unidades locais que existissem apenas no papel.

Em junho de 1981 o PT declarava já possuir cerca de duzentos mil afiliados e pôde realizar encontros municipais em dezoito estados, conseguindo preencher os requisitos legais em dez deles.²² Quando em setembro se realizaram encontros em dezesseis estados, o partido contava com cerca de 212.000 membros, tinha sua documentação em ordem em treze estados e decisões pendentes na Justiça Eleitoral sobre outros três.²³

Ver “PT pede registro que deve sair até fim de novembro”, *Folha de S. Paulo*, 23 de outubro de 1980.

²¹ Para uma divisão estadual das organizações partidárias em outubro de 1980, ver Margaret Keck, “From movement to politics: the formation of the Workers’ Party in Brazil”, cit., tabela 4.1, p. 245.

²² Acre, Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Espírito Santo. Ver “PT cumpre primeiras exigências”, *Folha de S. Paulo*, 22 de junho de 1981; “PT atende à lei só em dez estados”, *Folha de S. Paulo*, 30 de junho de 1981.

²³ Além dos dez mencionados acima, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram reconhecidos legalmente, e as decisões estavam pendentes em Minas Gerais, Paraíba e Pará.

No encontro nacional realizado em Brasília em 27 de setembro, o estado de ânimo dos membros do partido era triunfante; eles haviam superado obstáculos aparentemente impossíveis e a legalização parecia assegurada. O Partido dos Trabalhadores teve seu registro provisório oficialmente concedido em 11 de fevereiro de 1982.

A composição do partido

Para preencher os requisitos legais a tempo de participar das eleições seguintes, os fundadores do partido tiveram de apelar a líderes de grupos já organizados. A difusão das organizações de base no final dos anos 70 havia produzido uma série de novos líderes populares que, segundo era de esperar, simpatizariam com os objetivos do PT.²⁴ As áreas mais importantes de recrutamento nas fases iniciais do partido encontravam-se em alguns desses grupos, entre os membros do Congresso que se identificavam com a “tendência popular” do PMDB, líderes sindicais e de movimentos de base, membros das Comunidades Eclesiais de Base e da esquerda organizada.

Dada a crescente determinação de legalizar o partido, as discussões entre os organizadores do PT e os membros da “tendência popular” do MDB intensificaram-se em janeiro de 1980. Em meados do mês, o deputado federal Airton Soares (SP) anunciou sua adesão e sua intenção de tentar levar consigo, para o partido, outros deputados que pensavam como ele. José Eudes, congressista do estado do Rio de Janeiro, também filiou-se nessa época. Embora cortegassem estes e outros líderes parlamentares, os organizadores do PT continuavam a resistir ao desejo de muitos deputados de ver fundirem-se em um só partido o PT, o PMDB e PTB (o de Brizola); reunindo-se com parlamentares, Jacó Bittar declararia que “as nossas bases querem participar do processo de formação da agremiação e não aceitam que ela seja criada de cima para baixo”.²⁵

Ver “PT mobiliza 212.000 filiados para convenções em 16 estados”, *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1981.

²⁴ Vários autores já notaram a tendência dos membros desses partidos de participar em organizações de outros tipos. Ver, por exemplo, Samuel H. Banes, “Party democracy and the logic of collective action”, em William J. Crotty, ed. *Approaches to the study of party organization* (Boston, Allyn and Bacon, 1968), p. 118-9.

²⁵ “PT procura os descontentes”, *O Estado de S. Paulo*, 15 de janeiro de 1980.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, um pequeno grupo descontente com o PMDB mostrava-se cada vez mais interessado no PT. Anunciando seu apoio a ele em 16 de janeiro, Geraldo Siqueira mencionaria entre as razões que justificavam sua atitude a estrutura autoritária do PMDB, “que pouco espaço está dando para a participação dos movimentos sociais na direção do partido” e o fato de achar que, como uma frente política de muitas tendências, o PMDB era uma organização intrinsecamente instável a longo prazo e provavelmente responderia à deterioração da situação econômica “coadministrando a crise ao invés de enfrentar o regime”.²⁶ Discussões semelhantes também ocorriam no Congresso Federal, mas, ainda que muitos demonstrassem interesse pelo partido, poucos decidiam filiar-se a ele. No final de fevereiro de 1980, os deputados estaduais de São Paulo Eduardo Suplicy, Irma Passoni, Marco Aurélio Ribeiro e Geraldo Siqueira já se haviam filiado e começavam a organizar o partido a nível parlamentar. Na Assembleia Legislativa, decidiu-se que a posição de líder do partido seria ocupada por um sistema de rodízio. Além disso, alguns parlamentares começaram a acompanhar Lula e outros organizadores do PT em visitas a outros estados, o que lhes deu uma posição de destaque nas notícias divulgadas pela imprensa sobre esses eventos.

Concentrar-se na tarefa de trazer grupos organizados para o partido era uma maneira de construir rapidamente um conjunto de membros de tamanho razoável. Não obstante, a tentativa de recrutar membros do Congresso, somada à decisão de alguns grupos organizados de esquerda de entrar em massa no PT, colocou numa posição desconfortável muitos dos líderes operários envolvidos na organização do partido. Lula preocupava-se com o fato, temendo que os deputados que estavam sendo recrutados pudessem não representar o desejo dos trabalhadores, e insistia em afirmar que a única garantia para um candidato (referindo-se aqui à possibilidade de haver eleições municipais em 1980) era sua capacidade de se organizar no meio operário.²⁷ Apesar disso, continuavam as iniciativas no sentido de recrutar indivíduos proeminentes, inclusive um encontro entre Lula e artistas populares como Chico Buarque, Simone, Gonzaguinha e o MPB-4.

²⁶ “PT tem apoio de deputado”, *O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1980.

²⁷ “PT deseja disputar a eleição de 80”, *O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1980.

Em Goiás, os irmãos Santillo tentavam organizar o PT ganhando o apoio de vereadores, prefeitos e outros líderes locais.

A questão da assimilação das organizações de esquerda no interior do partido também representava um motivo de sérias preocupações. Numa reunião na Assembleia Legislativa de São Paulo realizada em janeiro de 1980, Lula fez uma de suas primeiras referências públicas ao problema, dizendo que “alguns grupelhos tentaram fechar as portas do partido e atrapalhar a sua formação. Mas esses grupelhos desaparecem normalmente, quando pessoas sérias assumem o comando da agremiação”.²⁸ Lula estava convencido de que o aumento da participação da classe trabalhadora no partido eliminaria de maneira orgânica o perigo do sectarismo, tornando desnecessários os “rachas” e as expulsões.²⁹

A variedade de organizações de esquerda que encontrou abrigo no PT, bem como sua importância para dar ao partido seu impulso inicial de organização e recrutamento, tornou o problema bem mais complexo do que poderia parecer. Além disso, já que esses grupos eram tecnicamente ilegais, discutir publicamente a dupla militância de um indivíduo era considerado o mesmo que denunciá-lo à polícia. Assim, promover uma discussão franca e aberta sobre a questão da dupla militância, referindo-se claramente aos que a praticavam, tornava-se algo impossível; ao contrário, tal questão só poderia ser discutida em abstrato.

No início dos anos 80, os maiores grupos da esquerda organizada — o Partido Comunista Brasileiro, PCB; o Partido Comunista do Brasil, PC do B; e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8 — haviam decidido trabalhar no interior do PMDB. Muitos dos grupos menores demonstravam uma inclinação pelo PT. Alguns, como a Convergência Socialista, desde o início haviam-se envolvido na discussão sobre a criação de um partido dos trabalhadores. No entanto, as atitudes desses grupos com relação à natureza do seu envolvimento com o novo partido variavam muito. Alguns, como a Fração Operária, FO, achavam que o PT poderia transformar-se em um partido revolucionário, apesar do que, segundo eles, seria sua confusão ideológica inicial e, assim, decidiram dissolver-se enquanto grupo no

²⁸ “Fernando Henrique quer grupo que coordene oposições”, *Folha de S. Paulo*, 18 de janeiro de 1980.

²⁹ “Lula não quer Clube do Bolinha”, *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1980.

interior do partido. Outros, como o Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP, argumentavam que o PT era válido enquanto frente política dos operários e que de nada adiantava lutar para transformá-lo em um partido revolucionário. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR, e a Ação Popular Marxista-Leninista, APML, viam o PT como uma tentativa tática de criar um movimento de frente ampla popular para derrubar a ditadura. A extrema fragmentação desses pequenos grupos, a maioria dos quais tivera origem no movimento estudantil, geralmente impedia que trabalhassem juntos de forma efetiva. Pelo menos de início, a tendência era que cada um desenvolvesse sua própria área de atuação no interior do partido e entrasse em disputa com os outros, posicionando-se, além disso, contra as pretensas tendências “reformistas” do PT.³⁰ Sua existência efetivamente precária fez com que, para eles, a participação no PT se transformasse em uma oportunidade atraente de envolver-se em uma atividade abertamente militante; quase todos consideravam o PT como uma formação tática contingente, que prefigurava o surgimento de um partido operário verdadeiramente revolucionário. Assim, o PT transformava-se em uma arena adequada para se promover a luta ideológica entre os trabalhadores. Embora os grupos fossem pequenos, seus militantes mantinham um impressionante nível de atuação e pareciam aos membros do partido que vinham das bases sindicais e dos movimentos populares, excepcionalmente articulados (embora muitas vezes incompreensíveis). A capacidade de falar bem era um recurso valioso, dado o conteúdo altamente retórico do discurso político no Brasil e a tradição de deferência para com as pessoas que podiam interagir com autoridade demonstrando confiança.³¹

Os parlamentares interessados no PT preocupavam-se especialmente com a esquerda organizada. O deputado Aírton Soares acusava os seus membros de dificultarem a organização do partido por fazerem caso de pequenos detalhes em questões de menor importância. Em fevereiro realizaram-se muitas reuniões entre sindicalistas e parlamentares para se discutir o problema da dupla militância e estudar os meios de aumentar a

³⁰ Para discussões resumidas de posições da esquerda quanto ao PT, ver “A crise da esquerda e o PT”, *Em Tempo*, 10-16 de janeiro de 1980, p. 111; “O que a esquerda pensa do PT”, *Em Tempo*, 19 de junho-2 de julho de 1980, p. 2; e Flávio Andrade, “Um partido ou uma frente?”, *Em Tempo*, 19 de junho-2 de julho de 1980, p. 3.

³¹ Sobre este último ponto, ver Teresa Caldeira, “Electoral struggles in a neighborhood on the periphery of São Paulo”, *Politics and Society*, 15 (1), 1986-1987.

participação dos trabalhadores, de modo a garantir que o PT não se transformasse em uma frente. Em 22 de fevereiro, depois de um encontro da Comissão Nacional Provisória em que se debateu essa questão, Lula declarou que “não é papel do PT fiscalizar grupinhos. Entendemos que essa é uma atribuição da polícia. Mas todos os que entrarem no PT precisam deixar de ser ‘partidinhos’ para ajudar na formação de um partido de massa, esquecendo propostas inviáveis”.³² A Comissão Nacional Provisória realizou uma série de encontros com líderes sindicais, parlamentares e intelectuais no escritório de Aírton Soares para evitar que os problemas ligados às facções fossem levantados no encontro de abril.

O final de fevereiro também marcou o início da discussão pública sobre o papel das Comunidades Eclesiais de Base na organização do PT. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, teólogo e organizador das CEBs, disse que, embora provavelmente ainda fosse levar tempo até que se definissem muitos aspectos da estrutura do partido e sua relação com as organizações de base (como os sindicatos e os grupos comunitários), a proposta do PT era a que mais tinha afinidade com a filosofia própria das CEBs, que era a de privilegiar a organização a partir das bases. Ele também observou que o envolvimento das CEBs na política não tinha nada de novo, pois as bases da Igreja haviam ajudado a eleger uma série de candidatos populares em 1978.³³

Um levantamento realizado em 1982 por Antonio Flavio de Oliveira Pierucci entre vigários de paróquias em São Paulo confirmou a ampla simpatia de que gozava o PT entre os padres e os militantes da Igreja. Entre os vigários de paróquias incluídos na amostra pesquisada, 49% mostravam uma preferência pelo PT, seguindo-se 39,3% para o PMDB, 2,7% para o PDS e 1,8% para o PTB. Outros 3,6% expressavam uma simpatia mais geral por um partido de oposição, mas sem especificar qual.³⁴ Essa predileção era particularmente acentuada entre padres jovens — 83,3% dos

³² “Ser um partido de massa é a proposta do PT”, *Folha de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 1980.

³³ “Comunidade de base julga PT confiável, declara frei Betto”, *Folha de S. Paulo*, 23 de fevereiro de 1980.

³⁴ Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, “Democracia, Igreja e voto: o envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982” (tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984), tabela 3.25, p. 227.

que tinham até 35 anos eram favoráveis ao PT.³⁵ As respostas à questão sobre os partidos para os quais os militantes leigos católicos de suas paróquias haviam trabalhado nas eleições de 1982 produziram os seguintes resultados: em 1,3% dos casos, eles haviam trabalhado para o PDS; em 11,2%, para o PMDB; em 21,3%, para o PT; em 28,8% dos casos, alguns haviam trabalhado para o PT e outros para o PMDB; em 3,7%, alguns haviam trabalhado para o PT, outros para o PMDB e alguns para outros partidos de oposição; em 28,7% dos casos os militantes leigos trabalharam para todos os partidos (inclusive o PDS); e Solo dos pesquisados responderam que não sabiam.³⁶

A pesquisa de Pierucci demonstra que ao divulgar entre 1980 e 1981 a forte simpatia pelo PT entre os militantes católicos, a imprensa tinha uma boa base de informação. Entretanto, também demonstra que esse apoio não era monolítico, pois os outros partidos de oposição, especialmente o PMDB, também contavam com um considerável apoio. As eleições de 1982 evidenciaram que o apoio de uma alta porcentagem de padres e militantes leigos geralmente não era suficiente para garantir uma porcentagem igualmente alta do voto católico para o PT. Entretanto, essa distinção ainda não era aparente no período em que se dava a organização do partido; um certo tipo de afinidade eletiva entre ambas as formas de organização, a que se referia Frei Betto, juntamente com o apoio visível de muitos padres e militantes leigos, especialmente nas paróquias das zonas operárias, era suficiente para produzir uma avaliação logo transformada em “senso comum”, segundo a qual a Igreja estava com o PT.

Assim, durante o primeiro ano de existência do partido, o recrutamento feito em diferentes grupos envolvia, para os seus organizadores, algo como uma busca do equilíbrio. Entre os membros do Congresso que de início haviam demonstrado interesse pelo PT, vários desistiram, alguns porque tinham objeções quanto ao papel da esquerda organizada, outros por diferenças com relação a questões específicas (se se devia ou não apoiar uma campanha pela Assembleia Constituinte, por exemplo), e outros por não serem capazes de desempenhar no partido o tipo de papel de liderança a que se julgavam intitulados. Também saíram do PT algumas poucas facções de esquerda que o haviam originalmente apoiado.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 237.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 206.

Nesse período, era extremamente difícil, para os fundadores do partido, avaliar a importância desses diferentes tipos de agrupamentos; para se ter uma ideia mais precisa, seria necessário esperar até depois das eleições. À medida que o processo de organização partidária foi desenvolvendo-se, o alvo das atenções transferiu-se dos líderes conhecidos para o recrutamento em massa de novos membros. Entretanto, a capacidade de o PT atrair novos afiliados em diferentes regiões do país relacionou-se intimamente com o perfil daqueles que haviam sido os porta-vozes iniciais da ideia do partido numa dada região.

A dinâmica regional da formação do partido

O processo de formação do partido ocorreu de várias formas distintas, de acordo com a natureza do grupo que assumiu a responsabilidade pela sua organização em cada estado. Isso, por sua vez, dependeu principalmente dos contatos que o núcleo do grupo de organização de São Paulo mantinha com o resto do país (bem como com o interior do estado).

Muitos casos ilustram esta variação; vamos examinar alguns que são exemplares. A tentativa dos fundadores do partido de convencer os líderes sindicais do Rio de Janeiro a serem os porta-vozes da proposta do PT, por exemplo, foi em grande parte um fracasso. Embora alguns líderes sindicais acabassem finalmente por ingressar no partido, eles não foram os seus principais articuladores no Rio. Devanir Ribeiro, líder do PT em São Paulo e também dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo nesse período, admite que foi surpreendido pela situação que ali encontrou: os líderes sindicais que se haviam aliado ao grupo de São Paulo em questões relativas ao “novo sindicalismo” reagiram negativamente à proposta de um partido. Isto se devia em parte à importância do Partido Comunista e outros grupos menores como o MR-8 no movimento sindical do Rio; essas organizações haviam decidido continuar a trabalhar no interior do PMDB e tinham bastante influência em sindicatos importantes do Rio, como o dos metalúrgicos e dos bancários. Assim, os porta-vozes iniciais da proposta do PT no Rio não foram os sindicatos, mas um amálgama relativamente conflituoso de estudantes e intelectuais, grupos comunitários organizados com base em trabalhos de bairro e dois parlamentares que negaram reciprocamente a sinceridade um do outro ao se proporem a encaminhar a

organização do partido (Edson Khair e José Eudes). O conflito desencadeado pela questão de saber quem deveria controlar o Partido dos Trabalhadores no Rio enfraqueceu-o de maneira significativa desde o início.

Os problemas do Rio (que também deveriam se colocar em outras partes) resultaram de dois fatores principais: em primeiro lugar, a falta de experiência do núcleo de organização de São Paulo ao avaliar seus aliados potenciais;³⁷ em segundo, o fato de não terem levado em conta as diferenças muito claras existentes entre a base potencial do partido no Rio e em São Paulo. O núcleo organizacional paulista ficara desapontado com a recusa de os sindicatos do Rio, em especial os da indústria, apoiarem o PT. Entretanto, mais de 70% da população economicamente ativa desse estado está empregada no setor de serviços. Embora os sindicatos e associações de trabalhadores do setor de serviços passassem a ter uma força significativamente maior nos anos 80, no momento em que se formava o PT a maioria deles era ainda bastante fraca. O mais importante sindicato dos trabalhadores desse setor no Rio naquele período era provavelmente o dos bancários, cuja liderança, próxima do Partido Comunista, decididamente não era favorável ao PT. Apesar de a militância sindical constituir um importante fator de mobilização em alguns momentos no Rio, ela não desempenhou o mesmo papel agregador que teve em São Paulo nem foi a ponta-de-lança da política do movimento no estado. A heterogeneidade fragmentação da política do movimento no Rio acabou de fato por se refletir no PT, mas ainda em seu estado fragmentário. Embora o partido fosse legalizado nesse estado, demorou bastante até que ele encontrasse sua identidade. Militantes dos movimentos de bairro que apresentavam reivindicações importantes de um ponto de vista local, intelectuais com orientações ideológicas definidas que procuravam produzir um discurso “correto”, comunidades de base da Igreja que salientavam a importância da participação em nível micro-organizacional, ativistas dos direitos dos homossexuais, líderes dos movimentos feministas e ecologistas conviviam com dificuldade no interior do partido. A diversidade era tanta que, nos seus primeiros anos de existência, nenhum grupo conseguiu imprimir uma marca permanente ao partido no Rio tal como o movimento operário fizera

³⁷ Isso foi especialmente notável no caso do parlamentar Edson Khair, imediatamente aceito como líder do partido em virtude da sua posição, e não porque representasse um eleitorado importante, e cuja fidelidade ao projeto do PT desapareceu assim que sua liderança foi contestada.

em São Paulo, e o partido claudicava, mal sobrevivendo no papel. Em 1986 uma aliança eleitoral com o então emergente Partido Verde em torno da candidatura de Fernando Gabeira, escritor e militante ecológico³⁸ ao governo do estado, revigorou o PT no Rio, ajudando a dar-lhe uma repercussão que até então lá nunca tivera.³⁹ (Ironicamente, embora os fundadores do Partido Verde vissem a aliança como um meio de organizar seu próprio partido, ela provavelmente representou uma ajuda maior para o PT.) O caso do Rio foi exemplar para pôr em relevo, quase desde o início, as dificuldades envolvidas na coexistência potencialmente rica no interior do PT entre uma concepção tradicional da política e da organização operárias, que salientava objetivos quantitativos, e a concepção de uma “nova política”, enfatizando preocupações de ordem qualitativa.

O Acre é um exemplo de estado onde os organizadores do PT tiveram um sucesso inicial maior em virtude de trabalharem com uma base bem mais homogênea. Lá, o grupo básico para a organização do partido era constituído, por um lado, pela rede das comunidades de base da Igreja e, por outro, pelos sindicatos rurais (que, na verdade, eram estreitamente vinculados às comunidades de base). O terreno político no Acre fora relativamente bem preparado para o surgimento de um partido como o PT. Em 1978, os militantes da Igreja e dos sindicatos, trabalhando em conjunto com intelectuais locais, haviam organizado uma frente popular das forças progressistas para influenciar as eleições. Em vez de concorrer com candidatos próprios, a frente apresentara aos candidatos do MDB um programa a ser endossado por aqueles que apoiassem os pontos ali contidos. Portanto, seus membros haviam-se engajado de corpo e alma na campanha desses candidatos, ajudando a eleger vários deles.⁴⁰ Além disso, dois anos antes da criação do PT, as comunidades de base do Acre haviam lançado um documento, o “Decálogo da Participação Partidária”, que reclamava a

³⁸ Gabeira teve uma história interessante. Sua decisão de entrar num grupo guerrilheiro, no fim dos anos 60, é narrada em sua autobiografia ficcionalizada *O que é isto, companheiro?* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982); em dois livros subsequentes, ele narra suas experiências no exílio, sua volta ao Brasil e sua conversão gradual de uma política de esquerda mais convencional para a política ecológica.

³⁹ Sobre a relação entre os ecologistas e o PT, ver Eduardo J. Viola, “The ecologist movement in Brazil (1974-1986): from environmentalism to ecopolitics”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 12 (2), jun. 1988, especialmente p. 218-27.

⁴⁰ Entrevista com Nilson Morão, candidato do PT a governador em 1982, Rio Branco, Acre, 19 de dezembro de 1982.

criação de um partido que oferecesse às bases uma oportunidade de participação e acesso a posições de liderança, que defendesse os direitos dos oprimidos e buscasse mudanças sociais, que se levantasse contra a ditadura e todas as formas opressivas de poder, que lutasse pela independência econômica do Brasil e que tivesse uma orientação socialista, isto é, tivesse por objetivo colocar o poder econômico nas mãos da população organizada.⁴¹ Quando o PT se formou, muitos viram nele a encarnação desses princípios, o que lhe granjeou grande simpatia desde o início.

Muitos fatores peculiares existentes na situação do Acre contribuíram para fazer com que o PT tivesse uma boa acolhida no estado. Em primeiro lugar, o partido contava com o apoio do delegado da Confederação dos Sindicatos Rurais (CONTAG) na área, João Maia, que gozava de considerável prestígio pelo fato de o sindicato ter conseguido forçar o governo a fazer concessões com relação a apropriações de terra. Em segundo lugar, os líderes das comunidades da Igreja por quase todo o Acre parecem ter sido mais ostensivamente politizados que na maioria dos outros estados, provavelmente porque o bispo, Dom Moacyr Grechi, mostrara-se disposto a aceitar um grau maior de politização das comunidades desde que elas preenchessem sua função religiosa. Como responsável pela Pastoral da Terra, Dom Moacyr fora vítima de violentos ataques por parte do governo, que acusava a comissão de imiscuir-se em assuntos alheios à jurisdição da Igreja, exacerbando os conflitos pela posse da terra ao apoiar os camponeses expulsos de suas terras e “fomentar a luta de classes”.

Com esse tipo de antecedente, a organização do PT no Acre correu de forma bem menos acidentada que em outras partes do norte e nordeste do Brasil (onde, na maioria dos casos, não contou com o apoio crucial dos sindicatos rurais e, em alguns lugares, como em Pernambuco, não era bem visto pela Igreja). O Acre constitui na verdade o único estado do Brasil em que os diretórios do partido foram organizados em todos os municípios.

Promover a organização do PT por todo o país era uma tarefa árdua para o núcleo dos seus fundadores em São Paulo. As viagens eram caras e não havia recursos para fornecer às organizações partidárias algum dinheiro inicial. Era difícil identificar em outros estados os grupos adequados, capazes de transmitir a mensagem do PT e estruturar o partido. Devanir

Ribeiro, por exemplo, viajou bastante, conversando com líderes sindicais (principalmente metalúrgicos) e representantes de movimentos populares por todo o Brasil. José Ibrahim, responsável pelo Secretariado de Organização na Comissão Nacional Provisória, também viajou pelo país, tentando recuperar as redes de organizações de esquerda dos anos 60, e Lula e outros líderes sindicais do partido procuraram apoio entre os militantes dos sindicatos.

A estruturação do partido na região de São Paulo envolveu em grande parte a ativação de uma vasta teia de contatos pessoais que se ramificava em várias direções. Djalma Bom e Devanir Ribeiro trabalhavam na organização do primeiro núcleo que se tornou a base de um diretório em São Bernardo. Os militantes que lá trabalhavam, mas que viviam em outros lugares foram estimulados a organizar o partido em seus bairros: assim, Devanir organizou a base de um diretório em Vila Prudente e ajudou a fazer o mesmo no Ipiranga, bairro vizinho, e em outros.

O recrutamento de uma rede de pessoas para fazer esse tipo de organização era um processo delicado, na medida em que muitos líderes sindicais, engajados na fundação do PT, temiam confundir seus papéis no sindicato e no partido, ao levarem eles próprios para os portões das fábricas a discussão sobre o PT. Em vez disso, reuniram-se com alguns dos trabalhadores mais ativos nas empresas e pediram-lhes que continuassem o trabalho dali para a frente. Por causa das redes já formadas na região do ABC, evidentemente era mais fácil constituir ali o partido do que em outras áreas menos organizadas. Devanir Ribeiro e Djalma Bom, ambos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, responsabilizaram-se pela organização do partido a nível estadual em São Paulo; a nível nacional, Jacó Bittar e Olívio Dutra foram os principais articuladores. Em meados de 1980, Lula gastou grande parte do tempo envolvido com a negociação dos contratos dos metalúrgicos e com a greve.

A formação de diretórios em novos municípios geralmente começava pelo contato pessoal com amigos ou parentes de um membro do PT ou com líderes sindicais conhecidos numa determinada área. Um membro da liderança do partido dirigia-se em seguida à área para conversar com as pessoas dessa região sobre a proposta. Em outros estados, esse processo normalmente começava na capital, à exceção das poucas áreas do interior em que alguns líderes populares importantes simpatizavam com o projeto

⁴¹ Entrevista com Dom Moacyr Grechi, 19 de dezembro de 1982.

do PT como, por exemplo, em Santarém, Pará, onde o presidente do sindicato rural apoiou o partido desde o início.⁴²

A informalidade do processo significava que em muitas áreas os fundadores de organizações do PT eram escolhidos de maneira mais ou menos ad hoc. Em Itapetininga, por exemplo, uma cidade de porte médio do interior de São Paulo, a proposta de formação do PT foi levada adiante por dois membros do partido que ali haviam nascido, mas viviam na capital. Um deles, um jornalista, era um antigo líder estudantil que estivera no exílio por alguns anos, e o outro era um estudante da Universidade de São Paulo. Nos últimos meses de 1980, formou-se em Itapetininga uma comissão provisória, mas de início o partido era integrado, sobretudo por pessoas de classe média, ligadas ao movimento estudantil, o que tornou difícil seu crescimento em bairros mais pobres. As lideranças mais progressistas desses bairros haviam sido dizimadas ou então forçadas a ir embora, por causa da perseguição policial. Em 1982, os fundadores do PT tinham esperanças de que um veterinário recém-chegado na região, além de um empregado de escritório, ambos favoráveis ao partido, ajudassem a ampliar o seu trabalho no setor rural. Entretanto, a fraqueza que o partido continuou a demonstrar nessa região resultava em parte de sua falta de implantação na área a partir de questões locais.

Nos locais onde o partido construiu-se a partir de organizações fortes já existentes (mas não necessariamente o movimento operário), a situação era diferente. Em Cubatão, por exemplo, militantes ligados à questão ambiental ou ao movimento por transportes incluíram-se entre os organizadores do partido; em Sumaré, o PT ganhou força a partir do envolvimento de militantes católicos engajados em vários movimentos comunitários.

A organização interna

A decisão de levar adiante com determinação a tentativa de legalizar o partido, frente a um ceticismo generalizado, foi extremamente importante. Em primeiro lugar, obviamente, os trabalhadores estavam afirmando seu direito de ocupar um espaço político público e fazer com que uma organização por eles mesmos criada fosse reconhecida por lei. Em segundo lugar, de um ponto de vista organizacional, isto forçou o PT a se lançar

⁴² Entrevista com Devanir Ribeiro, 29 de novembro de 1982.

desde o início à procura do maior apoio possível. Mas a decisão de legalizar o partido apesar das dificuldades criadas pela legislação inviabilizou o tipo de processo orgânico que o projeto inicial tinha em vista, qual seja, a conscientização gradual dos trabalhadores, juntamente com o crescimento dos movimentos da sociedade civil e a constituição do partido com base na **participação** em massa de seus membros. Por causa do pouco tempo disponível, era necessário identificar grupos estratégicos capazes de contribuir para a organização rápida dos diretórios e o recrutamento em cada município de um número de membros suficiente para cumprir as determinações legais. A qualidade desse aliciamento foi afetada pela necessidade de rapidez: embora no início houvesse um vasto esforço para assegurar que os novos membros, antes de filiarem-se, tivessem lido e compreendido o programa e os princípios partidários, à medida que o prazo se esgotava, os membros passaram a ser filiados em massa, sem tanta preocupação com sua compreensão efetiva do projeto do partido e sem a garantia de que participariam de um núcleo.

Dois importantes mecanismos organizacionais foram concebidos para garantir que o Partido dos Trabalhadores seria internamente democrático e estimularia a participação de seus membros nos processos decisórios das políticas partidárias. Um foi o estabelecimento de um processo de convenção em dois turnos, mediante o qual, antes da realização de um encontro oficial, cuja composição era determinada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o PT realizaria pré-convenções de que participaria uma amostra mais ampla dos membros do partido. Esses encontros preliminares eram realizados em todos os níveis — municipal, regional e nacional — e constituíam as verdadeiras reuniões deliberativas. Os encontros oficiais do partido eram apenas formais e ratificavam, essencialmente, as decisões já tomadas nas reuniões preliminares.

O segundo mecanismo baseou-se na instituição dos núcleos do partido. Embora aparentemente próxima da unidade básica dos partidos tradicionais de esquerda, a concepção do PT sobre o núcleo também tinha afinidade com a forma de organização das comunidades de base da Igreja, com o mesmo viés profundamente anticentralista que caracterizou os movimentos de que elas participaram. Como desde o início pretendeu-se que o núcleo constituiria a estrutura organizacional básica do partido, todos os membros eram incentivados a integrar-se em um deles. Organizados em

sua maioria a partir do bairro, o número de núcleos variava em cada distrito, dependendo, em grande parte, das origens predominantes do PT na área. Por exemplo, no distrito da Saúde, em São Paulo, onde os militantes católicos (sobretudo os da Pastoral Operária) tinham grande influência, formaram-se cerca de cinquenta núcleos, baseados na tradição dos pequenos grupos das CEBs que procuram maximizar a participação de cada membro. Nas áreas onde era menor a influência de princípios basistas poderia haver apenas um núcleo municipal ou distrital. Com o passar do tempo, a confusão quanto às funções específicas dos núcleos no interior do partido, juntamente com a precariedade do sistema de comunicação intrapartidário, acabou por desgastar esse processo, e muitos dos núcleos que já haviam sido formados no período inicial terminaram por ser absorvidos em comitês eleitorais em 1982 para nunca mais serem reconstituídos.

A organização do partido alicerçada nos núcleos tinha por objetivo constituir uma garantia de que no PT as decisões seriam tomadas democraticamente, com base na participação dos seus membros. De acordo com o Capítulo 6, Título I dos estatutos do partido, os núcleos poderiam ser organizados por bairro, categoria profissional, local de trabalho ou movimento social. Eles deveriam ser o lugar primordial da ação política dos militantes do partido, reforçando os vínculos do PT com os movimentos sociais. Deveriam ainda opinar sobre questões a eles submetidas pelos órgãos de liderança locais, regionais ou nacionais, que, por sua vez, tinham a função de ampliar a discussão sobre questões de interesse para o partido. Deveriam promover a educação política dos membros e militantes do partido e servir como uma garantia da democracia partidária interna. Um terço dos núcleos de um município poderia também forçar a convocação de uma reunião extraordinária do diretório municipal. O Título VII dos estatutos estendia-se um pouco mais sobre o papel dos núcleos, estipulando que eles deveriam ser consultados a respeito de decisões importantes tanto dos diretórios quanto das bancadas do partido.⁴³

⁴³ Os estatutos aqui discutidos são reproduzidos integralmente em Margaret Keck, “From movement to politics...”, cit., p. 266-9. Os estatutos do partido são discutidos aqui como uma declaração de intenções, e não como uma descrição do funcionamento real do partido. Fazer com que os parlamentares sejam responsáveis perante a Executiva do partido (art. 73) — e, a critério deste, perante os núcleos (arts. 72, 77) — é um processo difícil de se realizar na prática. A independência das bancadas parlamentares em relação aos órgãos partidários, que ocorre na prática a despeito da obrigação estatutária daquelas de prestar contas (por exemplo,

As questões de procedimento envolvidas na formação dos núcleos foram definidas com mais precisão num conjunto de resoluções tomadas por ocasião do Encontro Nacional de agosto de 1981. Um núcleo deveria registrar-se no diretório em cuja base territorial funcionasse, ou, se não existisse nenhum outro diretório local, no diretório regional, através de uma carta ao órgão local contendo: o nome dos membros, informações sobre o lugar e a periodicidade de suas reuniões, e o valor de sua contribuição financeira para o partido. Dentro de sessenta dias esta informação deveria ser enviada aos diretórios regional e nacional. Cada núcleo deveria ter um mínimo de 21 membros, a menos que uma justificativa dispensando-o desse requisito fosse apresentada ao diretório regional e por ele aprovada. Os núcleos deveriam reunir-se pelo menos uma vez por mês, tendo um coordenador, um secretário e um tesoureiro. Só poderiam ser registrados se a cada mês dessem ao diretório apropriado uma contribuição financeira regular. Nenhum membro do PT poderia pertencer a mais de um núcleo localizado em sua área de residência. Os núcleos organizados nos locais de trabalho ou no interior de determinados movimentos sociais registrar-se-iam no diretório adequado mais próximo.

Os núcleos teriam o direito de enviar delegados a encontros preparatórios para as convenções, cabendo aos diretórios regionais a fixação de um mínimo de critérios para a representação numérica proporcional. Em nível municipal, zonal e distrital deveria ser estabelecido um Conselho de Representantes dos núcleos, que se reuniria com o diretório quando por este convocado, tendo uma função consultiva.

O Artigo 72 dos estatutos do partido estabelecia que os representantes dos núcleos deveriam estar presentes nos encontros regionais e nacionais, desempenhando um papel consultivo. O número de representantes dos núcleos nos encontros regionais seria determinado pelo diretório regional com assessoria dos diretórios locais, levando em conta tanto o número de membros quanto o de pessoas presentes na reunião

à Conferência Geral, no caso do Partido Trabalhista Britânico), já foi observada em relação a muitos partidos socialistas ou social-democratas. Ver Klaus von Beyme, “Governments, parliaments and the structure of power in political parties”, em Hans Daalder e Peter Mair, eds. *Western European Party Systems*, cit.; Lewis Minkin e Patrick Seyd, “The British Labour Party”, em William E. Paterson e Alistair Thomas, eds. *Social democratic parties in Western Europe* (New York, St. Martin’s Press, 1977), p. 106-7.

realizada para a escolha de delegados. Ao Encontro Nacional, cada estado teria o direito de enviar, além dos delegados oficiais, um delegado para cada mil de seus membros, a ser escolhido nos encontros preparatórios estaduais.⁴⁴

A atribuição aos núcleos de um papel puramente consultivo no processo decisório do partido foi objeto de acalorado debate por ocasião da aprovação do texto final dos estatutos pela Comissão Nacional Provisória no seu encontro de 23/24 de junho de 1980. O Encontro Nacional realizado no início do mês de junho havia enviado ao grupo de advogados escolhidos para redigir o esboço final do texto uma resolução segundo a qual os núcleos deveriam ser investidos de poder decisório naqueles casos em que a lei não dispusesse em contrário. Embora os advogados houvessem aparentemente encontrado uma forma de contornar o fato de que a lei não previa órgãos partidários dessa natureza, incluindo os núcleos no Artigo 22, Parágrafo 4, da Lei Orgânica dos Partidos referente aos departamentos, a Comissão Nacional Provisória não aceitou esta solução e decidiu fazer dos núcleos órgãos consultivos, ainda que, através do seu poder de convocar reuniões do diretório e exigir que fossem consultados sobre questões de interesse particular, eles de fato tivessem alguma iniciativa própria. Segundo o comentário do jornal *Em Tempo*, alguns membros da Comissão Nacional Provisória temiam que os núcleos, caso lhes fosse reconhecido um poder decisório, pudessem ser instrumentalizados com excessiva facilidade pelos grupos organizados existentes no interior do partido⁴⁵ essa era uma das grandes preocupações presentes nas discussões do PT na primeira metade dos anos 80. O debate sobre a atribuição de poder decisório aos núcleos mascarava uma série de questões mais amplas sobre suas funções, tais como saber se eram ou não uma forma apropriada de garantir o acesso efetivo dos movimentos sociais ao partido. Alguns, como Francisco de Oliveira, economista do CEBRAP, que se filiou logo no início ao PT, temiam que uma estrutura celular pudesse estimular uma tendência dos

⁴⁴ Partido dos Trabalhadores, “Resoluções sobre Regimento Interno aprovadas no Encontro do PT”, s.d.

⁴⁵ “Afim, os núcleos têm poder ou não?”, *Em Tempo*, 14-27 de agosto de 1980, p. 5.

membros do partido de se concentrarem mais em disputas partidárias internas que na difusão da sua mensagem.⁴⁶

Em certa medida, a política dos núcleos foi vítima do esforço do partido para conseguir sua legalização. Embora a intenção inicial fosse formar os núcleos para só então criar as comissões provisórias, a necessidade de legalizar o partido exigia que se desse prioridade às comissões.⁴⁷ À medida que o PT foi-se encaminhando para a legalização, o processo de formação dos núcleos não conseguiu acompanhar o de filiação dos novos membros. Já em 1982 os líderes partidários começavam a perceber que isto constituía um problema, levando o Secretariado Nacional de Filiação e Nucleação a fazer circular um documento dirigido aos diretórios estaduais e locais que enfatizava a importância de se organizar os novos filiados através dos núcleos. “Os núcleos”, dizia o documento,

são a garantia de que o partido seja construído democraticamente de baixo para cima, ligando os trabalhadores aos movimentos de massa. São eles que identificam e diferenciam, na prática, o PT dos outros partidos, porque eles são o local de discussão dos problemas dos trabalhadores nos bairros, nas fábricas, nas fazendas, nas escolas, nas ruas, como caminho para derrotar a ditadura e construir uma nova sociedade, sem exploradores ou explorados.⁴⁸

Segundo o documento, apenas cerca de 5% dos filiados petistas eram membros de núcleos. Além disso, muitos núcleos e diretórios constavam como existentes apenas no papel, tendo sido criados exclusivamente para enviar representantes às convenções partidárias. Muitos núcleos achavam-se isolados das discussões do partido por falha dos diretórios municipais, que acabavam não fazendo chegar até eles os documentos recebidos; em outros casos, eles tinham apenas uma relação precária com o diretório de sua área. Alguns núcleos eram criticados por funcionarem apenas como grupos de discussão, sem estabelecer ligações concretas com a organização popular. O documento salientava a importância da organização dos núcleos e instava os já existentes a procurar filiar novos membros. Eles eram

⁴⁶ Flávio Andrade, “O PT é duplamente revolucionário”, entrevista com Cinco de Oliveira, *Em Tempo* 99, 7-21 de fevereiro de 1980, p. 4.

⁴⁷ Gilberto Negreiros, “PT demonstra força com base em 15 estados”, *Jornal do Brasil*, 5 de outubro de 1980.

⁴⁸ Partido dos Trabalhadores, Secretaria de Filiação e Nucleação, “Circular nº 02/82”, São Paulo, 25 de março de 1982.

também incentivados a sugerir candidatos para as eleições de 1982 e esperava-se que desempenhassem um papel central na discussão do programa e da plataforma do partido nas eleições.⁴⁹

Uma questão que continuava em debate no interior do partido era a extensão do poder dos núcleos, discutindo-se se deveriam ter uma função consultiva ou deliberativa. No Encontro Estadual realizado em 13/14 de agosto de 1983 em São Paulo votou-se a favor da extensão do seu poder. Entre as medidas destinadas a realizar esse objetivo incluía-se a determinação de que os núcleos registrados e em funcionamento fossem representados nas deliberações dos diretórios municipais e distritais e que aqueles organizados com base em locais de trabalho e categorias profissionais pudessem eleger delegados com direito a voz e voto nas pré-convenções regionais. Ao mesmo tempo, em São Paulo, o partido decidiu tentar descentralizar as estruturas de liderança para aumentar a participação na vida partidária, criando um subsecretariado para o interior do estado e uma sede regional tanto para o interior quanto para a Grande São Paulo. Para coordenar o trabalho dos 55 diretórios distritais da capital, deveria ser criado um Conselho Político da Capital. A conferência também aprovou a decisão de se dar mais atenção à educação política dos membros do partido, tarefa essa que havia sido em grande parte negligenciada no período da legalização e das eleições.⁵⁰

Os estatutos nacionais aprovados em maio de 1984 confirmaram a abertura dos encontros regionais aos representantes de núcleos, com direito a voz e voto, mas não lhes concedeu o direito de voto nos diretórios locais. A justificativa dada para esta última medida era a necessidade de se reforçar primeiro outros níveis decisórios no partido.⁵¹ Ao mesmo tempo, o boletim nacional expressava preocupação com a diminuição do número de núcleos em funcionamento, apontando para o fato de que, embora houvesse um momento em que cerca de 220 núcleos haviam chegado a funcionar no estado de São Paulo, dezenas deles tinham deixado de existir. Os apelos reiterados, a cada convenção do partido, em favor da reativação dos núcleos, evidenciam que este é um problema ainda não resolvido no interior do PT.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ *PT São Paulo*, Edição Especial, setembro de 1983, p. 5.

⁵¹ “Organização: prioridade para os núcleos”, *PT Boletim Nacional* 7, 15 de junho de 1984, p. 3.

O recrutamento dos membros

Em 1982, o Partido dos Trabalhadores fixou para si mesmo metas ambiciosas quanto ao recrutamento de novos membros. Seus objetivos eram: criar diretórios em pelo menos 40% dos municípios de cada estado até julho de 1982; ter como alvo os municípios cujo total eleitoral incluísse pelo menos 70% do eleitorado em cada estado; alcançar um milhão de filiados até o final de maio de 1982; garantir que até junho de 1982 30% dos que ainda não eram membros de núcleos se integrassem a eles; fazer com que os diretórios estaduais assumissem a responsabilidade pela tarefa de filiação e nucleação, organizando campanhas nesse sentido no interior do partido e fora dele; e fazer um balanço da situação do partido em cada estado, em termos de sua organização.⁵²

No estado de São Paulo, o partido já havia ultrapassado em muito sua meta de organizar diretórios em municípios que incluíssem 70% do eleitorado por ocasião das eleições de 1982. Só no interior do estado, onde o número total de eleitores em 1982 era de 7.597.356, o PT havia organizado diretórios em municípios que compreendiam 5.575.185 eleitores, ou seja, 73,38% do total.⁵³ No entanto, o partido conseguiu criar diretórios em apenas 26,6% dos municípios do estado (252 em 572) até as eleições de novembro de 1982. Por outro lado, pôde organizar diretórios distritais em todos os distritos administrativos da capital.

Nesse período, os membros do PT concentravam-se desproporcionalmente nas maiores cidades do estado de São Paulo: em 1985, 64,87% dos filiados ao partido no interior estavam em cidades com população superior a cem mil habitantes, enquanto apenas 46,9% da população vivia em cidades desse porte. Isto representava uma concentração maior do que a verificada em outros partidos: para o PMDB, o percentual equivalente era de 43,30%, para o PDT de 49,44%, para o PTB

⁵² Partido dos Trabalhadores, Secretaria de Filiação e Nucleação, “Circular nº 02/82”, São Paulo, 25 de março de 1982.

⁵³ As informações sobre a organização dos diretórios provêm de listas de endereços fornecidas pelo Diretório Regional do PT em São Paulo e de arquivos do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. As informações sobre o número de votantes nas eleições de 1982 provêm do Tribunal Regional Eleitoral.

de 52,69% e para o PDS de 23,25%. No entanto, era algo coerente com a tentativa de o PT dirigir sua proposta aos trabalhadores industriais.⁵⁴

O esforço de filiação declinou significativamente após as eleições de 1982, e só ganhou impulso novamente em 1985, após as eleições para as prefeituras nas capitais dos estados. Isto se deveu em parte à desilusão generalizada com os resultados eleitorais de 1982, discutidos em pormenor no capítulo seguinte. Por outro lado, também confirma a importância que os requisitos legais necessários ao registro do partido tiveram no período inicial de sua expansão. As declarações várias vezes reiteradas pelos líderes partidários no início dos anos 80 de que o futuro do PT dependia de seu crescimento contínuo não se traduziram, no próprio partido, em uma política ativa de filiação. Como se verá nos capítulos posteriores, após as eleições, a ênfase deslocou-se para a expansão da influência do partido em outras áreas de organização (sindicatos e movimentos sociais, por exemplo, bem como na campanha de massa pelas eleições diretas em 1984). O declínio do recrutamento depois de 1982 e sua subsequente expansão em 1986 e 1988 também correspondem à hipótese de Bartolini segundo a qual o número de membros de partidos de massa tende a se expandir num ano eleitoral ou pouco depois dele.⁵⁵ Podemos ver essa tendência nos números relativos aos membros do PT no estado de São Paulo no período 1982-88.

Tabela 5.1 – Evolução da Filiação do PT – São Paulo

Ano	Interior	Capital
1982	52.421	32.849
1985	60.857	37.231
1986	71.540	40.967
1988	107.489	N.A.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, São Paulo.

Após um desempenho relativamente bom do partido nas eleições de 1985 para as prefeituras das capitais e antigas zonas de segurança nacional,

⁵⁴ Os dados sobre filiação de todos os partidos provêm do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, que forneceu os relatórios relativos ao último trimestre de 1982 e primeiro trimestre de 1985. Esses dados são discutidos num nível de detalhamento substancialmente maior em Margaret Keck, "From movement to politics..." cit., p. 275-89.

⁵⁵ Stefano Bartolini, "The membership of mass parties: the social democratic experience 1889-1978", em Hans Daalder e Peter Mair, eds. *Western European Party Systems*, cit., p. 195-6.

o número de seus membros voltou a crescer substancialmente, ganhando nova velocidade. Em 1985, o partido não se fazia representar em 350 municípios de São Paulo; já no ano seguinte, ano eleitoral, esse número tinha caído para 288, chegando a 192 em 1988. Seu crescimento foi particularmente impressionante nos 221 municípios com população de dez a cinquenta mil habitantes — uma categoria importante, que representa 28,21% da população do interior, entre a qual a presença do partido até 1985 era bastante pequena. De 1985 a 1988 o PT mais que dobrou o número dos seus membros nessa categoria: o aumento nas organizações partidárias locais com mais de cem membros passou de 49 em 1985 para 112 em 1988. Ao mesmo tempo, o número global de membros do PT no interior do estado subiu de 60.857 para 107.489.

Embora o Partido dos Trabalhadores de fato realizasse esforços para aumentar o seu recrutamento depois de 1985, é provável que o crescimento do número de seus filiados tenha resultado, por um lado, da maior visibilidade e viabilidade do partido, em particular na esfera eleitoral e, por outro, do declínio da credibilidade de outros partidos de oposição. Na segunda metade dos anos 80, o partido também se expandiu de forma significativa fora de São Paulo, o que o fez tornar-se, cada vez mais, um partido de âmbito nacional. Esse processo merece um estudo mais aprofundado que não se enquadra nas coordenadas de espaço e tempo deste trabalho. Em conversas informais com líderes do PT, um elemento foi destacado como um dos principais responsáveis pela expansão do partido em nível nacional: a crescente influência por todo o Brasil do movimento operário combativo, em especial da central sindical associada ao PT, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. Em algumas partes do país, o partido só começou a crescer quando seus líderes locais mais antigos foram desalojados por outros, vinculados a uma base social mais ampla. Na ausência de novos estudos de âmbito regional ou nacional sobre o crescimento do PT nesse período, isto deve ser tomado apenas como uma hipótese. Apenas nos tribunais eleitorais de cada estado encontram-se registrados os números relativos aos membros do partido; as tentativas reiteradas de se obter esses dados em nível nacional não tiveram êxito. Os números do próprio PT, tirados de relatórios das organizações estaduais, davam-lhe cerca de 625.000 membros em todo o país em junho de 1989.

A construção de um partido de massa

Ao discutir a experiência dos partidos socialdemocratas europeus Bartolini procura demonstrar que “o papel histórico dos membros e militantes do partido deve ser considerado como o elemento básico no desenvolvimento e estruturação de uma política de massas”.⁵⁶ Como o PT, os partidos socialdemocratas e trabalhistas cresceram em ambientes relativamente hostis e tiveram que mobilizar os recursos de que dispunham para superar o ostracismo. Seu recurso principal consistia precisamente nos seus membros, cujas atividades contribuíram em muito para moldar tanto a imagem que a sociedade faz do partido quanto sua configuração interna.

Um elemento básico na autodefinição do Partido dos Trabalhadores consistia em conceber seus membros como um grupo ativo e participante. As inovações organizacionais que o partido sobrepôs às estruturais legalmente obrigatórias — as pré-convenções e os núcleos -- tinham por finalidade ampliar a participação na sua vida interna. Embora tal objetivo tenha deixado a desejar, se comparado ao ideal promovido pela retórica partidária, o ativismo continua a ser bem maior no PT que em qualquer outra agremiação brasileira. Nas fases iniciais do seu desenvolvimento, os requisitos da lei orgânica dos partidos forçaram os organizadores do PT a dar mais atenção ao número que à qualidade dos seus filiados, fazendo da legalização do próprio partido a tarefa imediata de todos os seus membros. Nessas condições, era difícil para os seus organizadores ter certeza sobre quem exatamente estava se filiando ao partido e sobre a força dos seus diferentes grupos. Após as eleições de 1982, tanto a configuração interna do partido quanto sua base inicial de apoio tornaram-se muito mais claras. A diversidade dos seus membros e projetos levou à concretização de uma série de facções distintas, produzindo-se em consequência modificações nas regras de decisão interna para poder levá-las em conta.

Existe um conjunto de indicadores que se pode escolher para discutir o papel dos membros de um partido e a relação entre eles e seus líderes. Não cabe no âmbito deste trabalho uma discussão mais pormenorizada sobre a vida interna do PT, tema que merece novas pesquisas. Com relação a algumas dimensões da participação, o partido foi bem mais longe que outros. Entre seus pontos fracos pode-se contar o apoio financeiro por parte

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 179.

dos seus membros e a natureza algo esporádica da imprensa partidária; entre seus pontos fortes contam-se a natureza participativa da escolha dos candidatos, a contestação de eleições internas e a rotatividade das lideranças, além do ativismo de seus filiados.

O financiamento do partido através da participação de seus membros constituiu um ponto fraco, sobretudo devido à ineficácia organizacional na cobrança de quotas dos filiados. Repetidas vezes, nos seus encontros, apelou-se aos diretórios regionais e locais para que recolhessem as quotas e pagassem a porcentagem devida à organização nacional. Em 1985 o jornal nacional do partido começou a publicar listas de estados em atraso com seus pagamentos (que incluíam a maioria deles). Em julho de 1985, um membro da Executiva Nacional estimava que 2/3 dos fundos da organização nacional provinham da parte dos salários que os membros eleitos para o Congresso ofereciam como contribuição ao partido. Outra parte do financiamento partidário provinha do governo, que divide seu fundo destinado aos partidos proporcionalmente ao número de cadeiras do Congresso conquistadas nas últimas eleições. O problema da eficácia organizacional no recolhimento das quotas foi agravado pela percepção do nível geral de pobreza da população; mas a importância real desse fato era provavelmente mínima, já que as quotas mensais haviam sido fixadas em um valor equivalente a um cafezinho e muitos membros do partido poderiam contribuir com muitíssimo mais. Outro problema que se colocou com relação ao recolhimento das quotas dos membros do partido foi a dificuldade em distinguir aqueles para os quais a filiação representava algo realmente significativo e os que haviam assinado a ficha de filiação para preencher os requisitos necessários à legalização, ou que consideravam a condição de membro do partido apenas em termos de voto. O fato de ter de contar excessivamente com as contribuições dos dirigentes eleitos ou do fundo partidário do governo tem sido visto como um problema, num partido que se orgulha de sua independência. Embora a proibição de arrecadação de contribuições dos sindicatos prive o PT de uma fonte de financiamento frequentemente utilizada por partidos trabalhistas e socialistas, tem havido casos de partidos, como o SPD da Alemanha, que se sustentaram de modo substancial através do recolhimento de quotas de seus membros.

O papel da imprensa partidária transformou-se desde a criação dos primeiros partidos socialistas e trabalhistas; na verdade, a expansão dos

meios de comunicação de massa tem sido apontada como um dos fatores que ajudam a explicar as mudanças ocorridas na função desses partidos. Desde o início, por causa da importância dos meios de comunicação de massa — em especial a televisão — o papel do PT como instrumento de informação foi diferente no Brasil.⁵⁷ É possível que, juntamente com a falta de uma tradição que levasse as pessoas a se voltarem para os partidos políticos em busca de uma interpretação dos eventos, isto tenha produzido um efeito inibitório sobre o desenvolvimento da imprensa partidária. Ao longo dos anos iniciais de formação do PT, a fragilidade das comunicações intrapartidárias reforçou a importância das redes informais de comunicação e colocou em posição privilegiada os membros do partido que pudessem contar com conexões em São Paulo. O primeiro jornal nacional do PT circulou entre o fim de março de 1982 e o fim de novembro daquele ano, período correspondente à campanha eleitoral. Um ano mais tarde ele foi substituído por um boletim e só em meados de 1985 reapareceu outro jornal nacional, publicação mensal em forma de tabloide. Em alguns estados, inclusive em São Paulo, os jornais locais do partido tiveram, de certo modo, maior continuidade. Nos primeiros anos, a imprensa partidária concentrou-se nos negócios internos do partido e até certo ponto em notícias do movimento operário e dos movimentos sociais, dando menos atenção aos debates sobre as questões nacionais. Esse enfoque começou a mudar em 1985 e 1986, com a posse do governo Sarney e a eleição de líderes importantes do PT para a Assembleia Constituinte. Em 1987, o jornal nacional e as publicações locais já se haviam transformado em órgãos bem mais profissionais, fornecendo informações sobre uma grande variedade de movimentos sociais e questões nacionais; também passaram cada vez mais a atuar como canais de debate intrapartidário. Em 1988, o partido começou a produzir uma revista teórica trimestral, *Teoria e Debate*. Contudo, tanto o jornal nacional quanto a revista mantiveram-se essencialmente centrados em São Paulo.

A escolha de candidatos sempre foi altamente participativa no PT. A chapa eleitoral para os cargos legislativos é montada a partir de indicações dos núcleos e diretórios; como o voto é nominal, não se impõe nenhuma

⁵⁷ Para uma discussão do papel da televisão no Brasil, ver Joseph D. Straubhaar, “Television and video in the transition from military to civilian rule in Brazil”, *Latin American Research Review*, 24 (1): 140-54, 1989.

ordem de prioridades à lista de candidatos do partido. Para ratificar as chapas, realizam-se as pré-convenções eleitorais, que têm o poder de vetar nomes específicos considerados inadequados, geralmente por razões éticas; os debates sobre a eliminação de nomes da lista do partido têm sido em algumas ocasiões bastante acalorados. Se o número de indicações excede o de vagas na lista — coisa que raramente ocorre — a convenção tem a tarefa de afunilar a lista. Os candidatos a cargos executivos são frequentemente escolhidos por consenso; se houver uma disputa, eles submetem-se a uma eleição primária interna. Um caso interessante em que uma eleição primária produziu uma reviravolta na situação foi a batalha pela indicação da candidatura do partido nas eleições para a Prefeitura de São Paulo em 1988: a liderança, inclusive Lula, apoiava Plínio de Arruda Sampaio, mas os membros do partido votaram massivamente em Luiza Erundina (que acabou de fato sendo eleita prefeita). A importância que esses procedimentos de seleção de candidatos têm para os membros do PT é demonstrada pelo fato de alguns núcleos moribundos frequentemente se reconstituírem em períodos pré-eleitorais, para permitir que seus membros participem do processo de escolha.

A maneira pela qual são preenchidos os cargos nos órgãos de direção do partido teve um importante efeito sobre a configuração da vida interna do PT e merece uma discussão mais extensa. Os arranjos eleitorais no interior do partido sofreram uma significativa mudança em 1983. Até então, o sistema eleitoral interno era organizado de maneira tal que a chapa vencedora preenchia todos os cargos do diretório (o que, na prática, significava que se organizava uma única lista através de negociações entre os líderes; houve muito poucos casos, em eleições locais, estaduais ou nacionais, em que duas chapas competissem). Em 1983, este arranjo foi substituído por um sistema proporcional cuja regra de exclusão estipulava que uma chapa tinha de ganhar um mínimo de 10% dos votos da convenção para ganhar cargos.

Essa alteração nas regras internas foi importante por várias razões. Em primeiro lugar, ela resultou de uma reavaliação, por parte do grupo dominante de sua liderança, do equilíbrio interno de forças no PT, na esteira dos resultados da eleição de 1982, e da formação subsequente de uma coalizão majoritária, a “Articulação dos 113” (Grupo dos 113). Em segundo lugar, tornou mais visíveis os alinhamentos políticos e as facções existentes

no interior do partido. Embora isto contribuísse para criar uma imagem pública do PT como um partido fortemente dividido em facções, também é possível sustentar que esta nova transparência das distinções ligadas à existência das tendências tornou o partido mais democrático; nas eleições internas, suas chapas apresentavam diferentes posições sobre as questões com as quais defrontava-se o partido, a fim de serem resolvidas pelo voto de seus membros e não por um compromisso de liderança que mascarasse essas diferenças. Finalmente, essa mudança deu início a um processo graças ao qual a existência de facções organizadas no interior do partido institucionalizou-se, dando origem à regulamentação das tendências no final dos anos 80. Embora esta fosse muito provavelmente uma consequência inesperada, ela é coerente com a previsão de Sartori segundo a qual, em eleições partidárias internas, a representação proporcional com uma cláusula de exclusão levaria à estabilização das frações de tamanho médio.⁵⁸

As eleições de 1982 tiveram um importante efeito sobre a organização do PT. Elas permitiram obter novas informações sobre o estado do partido em diferentes regiões e deram um parâmetro em relação ao qual testar as afirmações de líderes regionais e de facções sobre sua força. Nas palavras de Weffort,

... a experiência do Comitê Nacional Unificado [cf. capítulo 6] foi útil no sentido de que, pela primeira vez no PT, alguém observava em nível nacional o que estava ocorrendo nos estados. Por mais que isso fosse superficial, era bem mais profundo que aquilo que os estados diziam sobre si mesmos nos encontros nacionais. A grande vantagem, mesmo que fosse só um passo muito inicial, era que os observadores da Executiva Nacional podiam determinar se suas próprias observações coincidiam ou não com os relatórios e análises que tinham recebido anteriormente. Isto deu a possibilidade de um debate mais sério.⁵⁹

Ocasionalmente, aquelas observações eram bem diferentes dos relatórios anteriores e pela primeira vez havia membros da liderança nacional do partido não originários do estado em questão que se sentiam qualificados para dizer exatamente isso.

⁵⁸ Giovanni Sartori, *Parties and party systems: a framework for analysis*, cit., p. 93-104.

⁵⁹ Entrevista com Francisco Weffort, 5 de janeiro de 1983.

Esta experiência fez com que a liderança do PT se preocupasse mais com a imagem e a evolução do partido em nível nacional. Consequentemente, não só seu papel na coordenação nacional do partido passou a ser levado mais a sério, com a designação de membros da Executiva Nacional para garantir as comunicações com grupos específicos de Estados, como também começou a haver uma luta muito mais ativa e organizada em torno da liderança estadual e nacional do partido, através da criação da “Articulação dos 113”, em meados de 1983.

Segundo o seu manifesto de fundação, a Articulação formou-se para combater, por um lado, os setores do partido que enfatizavam principalmente o papel institucional do PT e, por outro, os que o viam como uma vanguarda que atuava em nome da classe trabalhadora. O grupo procurou promover um sério processo de debate democrático no interior do partido. Do seu ponto de vista, o PT, para combater o isolamento da classe trabalhadora a que estaria sujeito se o governo promovesse a conciliação através de um pacto social, deveria procurar mobilizar as forças sociais em torno de demandas sociais. Os membros do partido teriam de aumentar sua participação nos movimentos sociais, culturais e no movimento operário, intensificar o recrutamento e as atividades de organização partidária e, por fim, dar mais atenção à educação política dos filiados. Isto significava que os núcleos do partido deveriam ser revitalizados em torno de atividades realizadas conjuntamente com os movimentos sociais, que sua liderança teria de ser mais cuidadosamente escolhida e, portanto, ser mais capaz para responder às bases, e que estas, por sua vez, deveriam participar mais ativamente nas decisões. A organização deveria ser descentralizada e as comunicações melhoradas, especialmente pela criação de uma imprensa partidária, para reforçar a democracia interna.⁶⁰

A formação da Articulação foi uma tentativa de consolidar a liderança do partido. Os que a propunham eram membros da sua ala sindical (inclusive Lula), militantes católicos e intelectuais. Representava um esforço para impor uma visão relativamente unificada da natureza e dos objetivos do PT, não ao ponto de eliminar as diferenças derivadas das tendências, mas pelo menos como expressão de uma clara maioria. Na convenção de 1983, quatro chapas concorreram à eleição do diretório do estado de São Paulo e, como era de se esperar, a apresentada pela

⁶⁰ Manifesto do Grupo dos 113, São Paulo, 2 de junho de 1983.

Articulação ganhou a maioria absoluta dos cargos. A constituição da Articulação foi reproduzida ao nível local e nacional e também em outros estados.

O impacto da Articulação pode ser interpretado de duas maneiras (não necessariamente contraditórias). Por um lado, ela ajudou a esclarecer posições diferenciadas no interior do partido e a dar aos seus membros a oportunidade de escolher entre elas, contribuindo, assim, para a democracia interna da agremiação. Por outro, ela constituiu um grupo de liderança característico, correspondendo sob vários aspectos à tese de Panebianco segundo a qual a constituição de uma “coalizão dominante” é uma parte integrante do desenvolvimento organizacional de um partido. Panebianco afirma que os trunfos de tal coalizão consistem essencialmente em seu controle sobre uma série de elementos que são fundamentais para a sobrevivência do partido — o que ele chama de “zonas de incerteza”.

(...) uma coalizão dominante em um partido compõe-se daqueles atores organizacionais — quer estejam dentro quer, estritamente falando, fora da própria organização — que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle desses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição de incentivos organizacionais dentro do partido.⁶¹

As “zonas de incerteza”, segundo o autor, são as seguintes: competência (perícia organizacional), relações com o contexto geral (alianças, relações com outras organizações, escolha das questões), comunicação interna, regras formais (tanto seu estabelecimento quanto sua interpretação), finanças e recrutamento. A formação da Articulação representou uma tentativa de consolidar a liderança na maioria dessas áreas.

A competência, para Panebianco, envolve conhecimento especializado no que se refere às relações políticas internas e externas do partido.⁶² Para o grupo de liderança do PT, a posse desse tipo de “conhecimento” também era um ato constitutivo: tratava-se de uma tentativa de promover uma definição particular da essência do partido, bem como de reconfigurar as relações internas de poder a partir da informação sobre sua base social fornecida pelas eleições. Por sua vez, a capacidade do

⁶¹ Angelo Panebianco, *Political parties: organization and power*, cit., p. 38.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 33.

grupo de liderança de realizar essa tarefa ligava-se intimamente ao controle da segunda “zona de incerteza” — as relações com o contexto geral.

Os líderes do PT interpretavam os resultados das eleições como indicadores, em primeiro lugar, e acima de tudo, da necessidade de estimular a organização autônoma da sociedade civil. Isto significava que os líderes do PT cujos vínculos com as organizações da sociedade — sindicatos e toda uma série de movimentos de base — eram mais estreitos, tinham uma legitimidade especial para formar uma coalizão com o objetivo de construir alianças com movimentos desse tipo. A importância dessas relações para o partido, e em especial as relações com o movimento operário, é discutida pormenorizadamente no capítulo 7.

A fragilidade das comunicações internas do partido já foi mencionada. Embora o manifesto da Articulação fizesse um apelo em prol da criação da imprensa partidária e reconhecesse a necessidade de se fortalecer as comunicações internas, seu desenvolvimento foi lento e os canais informais de comunicação continuaram a ter um papel crucial. Ainda mais vagarosa foi a regularização das finanças do partido. Finalmente, embora o manifesto desse ênfase à filiação e à organização de núcleos, esse processo obedeceu a uma lógica bem diferente da que presidiu as disputas internas do partido e foi muito mais descentralizado.

As mudanças nas regras formais de escolha das lideranças, anteriormente discutidas, constituíram outra área onde a Articulação desempenhou um papel importante. Seguro de sua própria posição hegemônica, o grupo promoveu essa mudança das regras. O abandono da composição informal de uma chapa única para as eleições internas e sua transformação em um sistema proporcional teve dupla importância: em primeiro lugar, criou uma forma mais democrática de escolha da liderança; e, em segundo, deu maior liberdade de ação ao grupo de direção.

Na opinião de Panebianco, “a legitimidade da liderança é função do seu controle sobre a distribuição de ‘bens públicos’ (incentivos coletivos — identidade, solidariedade — e coisas semelhantes) e/ou ‘bens privados’ (incentivos seletivos, como cargos remunerados ou *status*, por exemplo)”.⁶³ No caso de um partido como o PT, em que era bastante baixo nesse período o nível de profissionalização, havia muito poucos “incentivos seletivos”

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 40.

disponíveis. A legitimidade do grupo de liderança decorria essencialmente de sua capacidade de forjar uma visão plausível da **identidade** do partido. O lugar central dessa questão reforçou o argumento segundo o qual, apesar das divisões sectárias que atormentavam o partido (e que frequentemente vinham a público através da imprensa), o cerne, ou a essência, do PT compunha-se de pessoas que trouxeram para o partido uma ampla gama de experiências nas lutas populares.

A regulamentação das tendências

A formação da Articulação e a adoção das eleições proporcionais para os órgãos internos do PT deram início a um processo que só tinha duas saídas: ou a coalizão dominante conseguiria implantar uma visão unitária do partido, quer pela persuasão quer através de alguma forma de centralismo democrático; ou seria necessário criar procedimentos para reconhecer e regulamentar as tendências distintas no seu interior. Embora muitos dos membros da Articulação tivessem seguramente preferido persuadir os demais de suas posições, a maioria acreditava que excluir à força as posições dissidentes seria uma atitude que abalaria o caráter de partido democrático reivindicado pelo PT. Não obstante, certamente era necessário estabelecer uma distinção conceitual entre uma facção existente no interior do PT e uma organização partidária que se utilizava do PT em vista de seus próprios fins. Portanto, em 1987, o V Encontro Nacional do partido produziu uma resolução sobre o funcionamento das tendências no seu interior.

Ela foi fruto de um longo debate sobre o tema, em que as diferentes posições haviam sido publicadas pela imprensa partidária. A discussão aberta do problema dos “partidos dentro do partido” refletia a necessidade de consolidar a organização interna do PT que se tornava mais fácil em razão das mudanças no contexto político nacional. Na medida em que a transição democrática avançou e os dois maiores partidos comunistas (o PCB e o PC do B) foram legalizados, os partidos de esquerda em geral passaram a ter liberdade para atuar de forma mais visível. Nessa nova situação, já não eram mais aceitáveis os limites impostos à discussão pelo medo muito real da repressão que persistia no início dos anos 80. Comentando a resposta da esquerda organizada a tentativas anteriores de levantar esta questão, Olívio Dutra apontou que

... não raro, a mais leve crítica ao caráter aparelhístico de sua presença no PT, reagem de modo a fazer corar no túmulo os velhos do século XIX, descarregando nos seus incautos críticos e companheiros de partido (ou simpatizantes) uma saraivada de adjetivos do tipo “anticomunista”, “socialdemocrata”, “atrasado”, “informante do SNI”, “agente da CIA” etc. O PT não é um condomínio.⁶⁴

Por volta de 1986-87, essa discussão tornara-se simultaneamente necessária e possível. A necessidade revelou-se de modo dramático em abril de 1986 quando um grupo de antigos membros do PCBR⁶⁵ que se declaravam membros do PT foi preso no assalto a um banco em Salvador para, segundo alegaram, recolher fundos para a revolução (ou, de acordo com alguns relatos, para ajudar a revolução nicaraguense). Ainda que o partido reagisse imediatamente ao incidente, expulsando as pessoas nele envolvidas⁶⁶ o assunto fez a festa dos meios de comunicação de massa de todo o país. Embora os aspectos contraditórios desse incidente nunca fossem suficientemente esclarecidos⁶⁷ a identificação dos responsáveis como petistas prejudicava o partido, apesar da condenação do ato pela liderança do PT. Este incidente deu mais um incentivo a que se resolvesse a questão das tendências. Assim, o IV Encontro Nacional do partido, realizado em São Paulo em 30 de maio e 1º de junho de 1986, aprovou uma resolução preliminar sobre as tendências no interior do PT e autorizou o Diretório Nacional a promover uma discussão nacional sobre a questão e redigir novas normas de regulamentação, a serem aprovadas no encontro seguinte.

A resolução salientava a necessidade de se evitarem futuros incidentes como o que ocorrera em Salvador, enfatizando que

⁶⁴ Olívio Dutra, “Um partido para a vida inteira”, *PT Boletim Nacional*, 25, fevereiro de 1987, suplemento especial: Caderno das tendências: o PT debate o seu destino.

⁶⁵ Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; a facção da Quarta Internacional do PCBR era uma das tendências organizadas ativas dentro do PT.

⁶⁶ Resolução de Comissão Política da Comissão Executiva Nacional, 14 de abril de 1986, publicada no *PT Boletim Nacional*, 18 de maio de 1986, p. 3. Ver na mesma edição um extenso comentário sobre esse incidente.

⁶⁷ Alguns comentaristas do PT acreditam que esse incidente, por ter ocorrido no início da campanha eleitoral de 1986, foi conveniente demais para ser pura coincidência. Ver Apolônio de Carvalho, “Diga não à provocação”, em *PT Boletim Nacional*, 18 de maio de 1986, p. 3.

I — O PT é um partido democrático, de massas e socialista. Não é, portanto, uma frente de organizações políticas, nem uma frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizado por qualquer partido político.

II — Como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do Partido.

III — O Encontro Nacional reconhece o direito de tendências e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda à sua regulamentação. Mas o Partido entende que este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendências não autoriza a militância em outros partidos que não o PT.⁶⁸

O debate que se seguiu trouxe avanços significativos na questão das tendências.⁶⁹ Em primeiro lugar, o tema tornou-se concreto, passando a usar nomes de organizações em vez dos eufemismos habituais. Em segundo, os participantes do debate reconheceram o papel das tendências e discutiram sua ligação com a democracia interna e a visão do partido sobre o socialismo.

A contribuição de Olívio Dutra a esse debate continha uma crítica dirigida em particular ao comportamento da Convergência Socialista e ao do Partido Comunista Revolucionário. Acusava ambas as organizações de tratar o PT como um campo de recrutamento, apoiando suas posições somente quando lhes era conveniente e dando prioridade à manutenção das estruturas, liderança, formação de quadros e imprensa de seu próprio partido, em vez de dedicar-se a essas mesmas atividades no interior do PT. Atacava também a Convergência por tratar os núcleos do partido como se

⁶⁸ Resolução do IV Encontro Nacional: “O partido e as tendências”, *PT Boletim Nacional*, 19, junho de 1986, p. 9.

⁶⁹ Ver *PT Boletim Nacional*, nº 25 e 26, suplemento especial: Caderno das tendências, com contribuições de Olívio Dutra, Raul Pont, Hélio Corbelini e Ruy Guimarães, Adeli Seli, Selvino Heck e Tarso Genro. Os três números seguintes (27 a 29) continuaram o debate na seção de cartas. Ver também Augusto de Franco, “O PT, as tendências e a luta interna”, panfleto distribuído pela Secretaria Nacional de Organização do PT, 1987. Para um resumo do debate, ver Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT* (São Paulo, Cortez, 1989), p. 143-50.

fossem células fechadas que, em lugar de se expandirem em direção à comunidade, comportavam-se de maneira quase clandestina.⁷⁰

Outras contribuições ao debate sublinhavam o importante papel desempenhado pela esquerda organizada na formação e consolidação inicial do PT, argumentando que, assim, a esquerda revolucionária demonstrava não estar preocupada somente com o seu próprio crescimento.⁷¹ Considerando o Partido dos Trabalhadores como um polo de organização para todas as forças anticapitalistas do Brasil, esta posição opunha-se à exclusão de qualquer força política do PT enquanto este se comprometesse com a transformação radical da sociedade brasileira.

Fica claro, portanto, que a questão em discussão passa pela definição dos destinos e do caráter do PT: ou avança como instrumento de transformação radical que rompe com a ordem ou se coloca como mais um partido atuante apenas dentro da ordem, reeditando, assim, a experiência internacional da Socialdemocracia, que acredita ser o parlamento o caminho das transformações radicais da sociedade. A experiência tem demonstrado que esta postura serve de instrumental da administração das crises do capitalismo.⁷²

Embora a palavra “tendências”, no linguajar do partido, geralmente se referisse às correntes e partidos revolucionários de esquerda que atuavam no seu interior, uma importante contribuição ao debate notava que existiam outros tipos de blocos organizados no PT tais como os grupos da Igreja e a tendência majoritária, a Articulação.⁷³ Raul Pont argumentava que um número excessivo de problemas do partido estava sendo atribuídos às tendências e que, ao longo da história do PT, muitos dos “partidos dentro do partido” haviam sido absorvidos ou dissolvidos por sua própria conta. Embora apoiasse a formulação de regras sobre as tendências, também era favorável a que o princípio de representação proporcional das chapas se estendesse dos Diretórios às Comissões Executivas e que o direito de voto no interior do partido fosse vinculado ao pagamento das quotas; em outras

⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁷¹ Hélio Corbelini e Ruy Guimarães, “PT: partido da ruptura popular”, *PT Boletim Nacional*, 25 (fevereiro de 1987).

⁷² Idem, *ibidem*.

⁷³ Raul Pont, “Um partido de massas e militante”, *PT Boletim Nacional*, 25 (fevereiro de 1987). Veja uma discussão desse ponto em Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT*, cit., p. 145-6.

palavras, era favorável a que a normalização das tendências fosse vista como parte de um processo mais amplo de codificação das relações entre a liderança e a base partidária.

Nenhum dos participantes do debate defendeu a ideia de que não se deveria permitir a existência de correntes organizadas de opinião no interior do PT. A controvérsia dizia respeito à forma que elas deveriam tomar. A resolução aprovada no V Encontro Nacional por uma maioria de 204 contra 147 votos reconhecia a existência das tendências e estabelecia normas para sua conduta. Ela reiterava o compromisso com a democracia interna, bem como a exigência de que as decisões, uma vez tomadas, fossem acatadas.

Aceitava a formação de grupos organizados para defender posições políticas, desde que suas ações, encontros e debates fossem visíveis para o partido como um todo e se destinassem a fortalecê-lo; por sua vez, o partido deveria comprometer-se a fornecer recursos para o funcionamento de tais grupos. Entretanto, declara a resolução,

... é rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

O reconhecimento de agrupamentos desse tipo — partidos dentro do PT — seria a aceitação do Partido enquanto frente política vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT. E colocaria irremediavelmente em risco a perspectiva de consolidá-lo como um forte partido da classe trabalhadora, alternativa real de poder popular para o País.

Entretanto, levando em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes

na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do Partido.⁷⁴

A aprovação de uma resolução sobre as tendências não resolveu o problema, mas de fato deslocou o debate para um plano distinto. O Partido Comunista Revolucionário, por exemplo, decidiu em 1989 que, embora pretendesse ser um partido revolucionário clandestino, já por algum tempo vinha atuando apenas como uma tendência no interior do PT; o Congresso desse partido resolveu, portanto, dissolvê-lo e reconstituí-lo como uma tendência do PT. Entretanto, a posição da Convergência Socialista, talvez a mais forte das organizações de esquerda no interior do PT, foi mais difícil de resolver e seu reconhecimento como tendência em 1990 não se processou sem um certo mal-estar. Muitos esperavam que a Convergência acabaria por sair do PT, o que configuraria seu primeiro “racha” interno importante.⁷⁵ Após as eleições presidenciais de 1989, a discussão tornou-se ainda mais acalorada, já que se atribuía à presença de correntes revolucionárias no partido parte da responsabilidade pela chance perdida de Lula chegar à presidência. No início de 1990, um ensaio de Apolônio de Carvalho na revista *Teoria e Debate* recomendava explicitamente a expulsão da Convergência, da Causa Operária e do PCBR.⁷⁶ Citando numerosos casos em que essas tendências haviam prejudicado o PT ao agirem por conta própria, procurava demonstrar que suas saídas seriam um reconhecimento de que, na verdade, elas constituíam organizações separadas. Não obstante, em julho de 1990, o Diretório Nacional decidiu que a Convergência havia cumprido os requisitos que a qualificavam ao reconhecimento enquanto tendência do partido, sendo ela um dos dez grupos internos reconhecidos naquela ocasião. Dos grupos que solicitaram o reconhecimento, só a Causa Operária teve seu pedido negado.⁷⁷

⁷⁴ “A regulamentação das tendências: PT: Partido estratégico rumo ao socialismo”, resolução aprovada no V Encontro Nacional, publicado em *PT Boletim Nacional*, 33 (novembro-dezembro de 1987-janeiro de 1988).

⁷⁵ Ver “A divergência da Convergência”, *PT Boletim Nacional*, 47 (outubro de 1989), p. 23.

⁷⁶ Apolônio de Carvalho, “Aqueles que devem ser excluídos do PT”, *Teoria e Debates*, 9 (janeiro-março de 1990), p. 64-8.

⁷⁷ Ver *PT Boletim Nacional*, 52, setembro 1990, p. 6-7.

Conclusões

Desde o anúncio da formação do Partido dos Trabalhadores, em outubro de 1979, até a sua constituição legal como um partido ao qual o Estado reconhecia o direito de apresentar candidatos em eleições, um considerável caminho foi percorrido. As exigências necessárias à sua legalização foram difíceis de cumprir, especialmente porque havia poucos políticos experientes em suas fileiras. A decisão de criar um partido legal significou que, do final de 1979 até meados de 1982, todas as energias de seus membros voltaram-se para o preenchimento desses requisitos. Fazer dessa tarefa o foco da ação partidária teve uma série de consequências.

Em primeiro lugar, isto fez com que se enfatizassem os aspectos quantitativos da organização partidária, mais que os qualitativos. Em segundo, a necessidade de organizar o partido dentro dos prazos fixados por lei deu uma posição privilegiada a indivíduos e grupos que contavam com recursos, tempo e contatos para montar as estruturas organizacionais em várias áreas. A esquerda organizada mostrou-se particularmente ativa nesse processo e criou nas estruturas do partido uma base mais forte do que o pequeno número de seus integrantes nos faria esperar, em outras condições. Em terceiro lugar, o fato de concentrar-se em questões organizacionais fez com que se deixasse de lado até bem mais tarde o desenvolvimento (e a resolução) de uma clara identidade política e ideológica partidária.

Nem todos os resultados desse processo foram negativos. A legislação forçou o PT a ampliar suas perspectivas, considerando, para além do seu centro organizacional na região do ABC, o que significaria criar uma organização política em escala nacional. Embora o esforço nesse sentido não fosse inteiramente bem-sucedido, ele evitou o risco de o PT tornar-se um partido puramente local ou de afundar na tentativa de definir um consenso estreito, em vez de ampliar a base política de apoio à sua proposta. Assim, o debate político foi travado no contexto de um imperativo constante no sentido de ampliar a base do partido.

Uma série de questões de organização interna permanece irresolvida no PT. O desejo de manter em atividade organizações partidárias de base fora dos períodos eleitorais não pode em grande parte ser realizado. Entretanto, os militantes do partido frequentemente desenvolvem atividades em vários outros movimentos sociais e organizações operárias, podendo-se

sustentar que este tipo de atuação expande a base social que, por sua vez, tem grandes probabilidades de mostrar-se receptiva a um partido como o PT. A questão da organização da base partidária está intimamente ligada às dificuldades financeiras permanentes do partido. O recolhimento das quotas nunca foi regularizado e os cofres do partido dependem muito das contribuições dos seus dirigentes eleitos.

No entanto, não resta dúvida de que o grau de democracia interna e o nível de participação no PT ultrapassam em muito os de qualquer outro partido importante no Brasil; também é verdade que o partido iniciou na vida política milhares de quadros que se sentem confiantes em defender publicamente as posições partidárias. Para mostrar o quanto esse nível de participação dos membros do PT é incomum na vida política brasileira, basta lembrar o que Brizola, durante sua campanha eleitoral para a presidência em 1989 evidenciou, ao acusar o PT de estar pagando seus militantes com dinheiro de agências de financiamento estrangeiras, principalmente as organizações ligadas às igrejas europeias. A acusação era falsa, e praticamente todo mundo sabia disso. Como notaram comentaristas brasileiros, a boa vontade com que tantas pessoas se dispuseram dedicar seu tempo ao PT provavelmente tem muito a ver com o fato de se considerarem parte de um processo de deliberação no interior do partido. Pode ser que não se sintam satisfeitas com esse processo, o que efetivamente ocorre com frequência, mas a diferença com relação a outros partidos salta aos olhos.

Apesar da insatisfação amplamente disseminada com a inadequação da educação política e o desenvolvimento dos quadros no interior do partido, o grau de renovação da liderança do PT tem sido incomum para os padrões brasileiros. Embora a liderança original do partido fosse principalmente composta por pessoas que haviam feito carreira e conquistado renome em outras organizações — sindicatos, movimentos sociais, o MDB ou como líderes intelectuais — um número crescente de novos líderes partidários ascendeu a essa posição a partir das bases. Embora Lula continue sendo o líder que simboliza o PT e mais uma vez tenha se tornado seu presidente em 1990, o partido teve dois outros presidentes e houve uma rotatividade significativa não só nos seus diretórios, mas também em seus órgãos executivos. Os debates nos seus diretórios e em encontros são acalorados e a posição apoiada pelos líderes partidários (inclusive por Lula) acaba, com certa frequência, sendo rejeitada pelo voto

dos seus membros; no entanto, apesar das disputas internas que receberam grande publicidade, o partido manteve um surpreendente grau de unidade e até agora a deserção de suas fileiras tem ocorrido a nível individual, e não em blocos.

A evolução interna do PT não aconteceu num vazio; ela foi influenciada, sob vários aspectos fundamentais, pelas disputas eleitorais, pelas campanhas de mobilização como a das eleições presidenciais diretas em 1984, pelos cargos públicos que o partido passou a ocupar e pela sua relação com outros movimentos sociais e com o movimento operário. A euforia que caracterizou o início do período de organização do partido deu lugar a um choque brutal nas eleições de 1982. A maneira pela qual o PT encarou esses resultados e as lições que deles tirou foram elementos cruciais para a sua evolução.